

PTDRS - PLANO TERRITORIAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO



RenatoSampaio

IRECÊ-BA, 2017

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DE IRECÊ
PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO
TERRITÓRIO DE IRECÊ (PTDRS)

Coordenador CODETER

Walter Ney Dourado Rodrigues

Equipe NEDET

Rosana Mara Chaves Rodrigues (Coordenadora)

Carla de Andrade (ATGE - Gênero)

Paula Ferreira da Silva (ATIP- Inclusão Produtiva)

Tatiane Neiva Barreto (ATGS - Gestão Social)

Jeilse Nunes dos Santos (Bolsista Graduação)

Osias Hermes das Neves Neto (Bolsista Graduação)

Pricila Ribeiro (Bolsista Graduação)

Agente de Desenvolvimento Territorial

João Carlos Durães de Araújo (SEPLAN)

Colaboradores

Juliany Mendes Mota (CAR/Bahia Produtiva)

SUMÁRIO

Apresentação	9
1.1 Histórico e breve caracterização do Território de Irecê.....	12
1.1.1 Caracterização da Agricultura Familiar no Território.....	20
1.2 Desenvolvimento Sustentável do Território	27
1.2.1 Dimensão Socioeconômica	29
1.2.2 Dimensão Ambiental	30
1.2.3 Dimensão Sociocultural.....	31
1.2.4 Dimensão Político-Institucional	33
Capítulo 2	35
Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas	35
2.1 Breve descrição sobre os Eixos de Desenvolvimento	36
2.2 Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas	38
2.2.1 Eixo Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva e gestão de recursos hídricos	38
2.2.2 Eixo Estrutura Fundiária e Acesso à Terra.....	47
2.2.3 Eixo Formação Cidadã e Organização Social	50
2.2.4 Eixo Infraestrutura e Serviços Públicos	55
Capítulo 3	59
Gestão, Acompanhamento e Monitoramento do PTDS	59
3.1 Descrição sobre os instrumentos e estratégias para a gestão do desenvolvimento.....	60
3.1.2 Eixo - Governança Fundiária e Acesso à Terra	61
3.1.3 Eixo - Formação Cidadã e Organização Social.....	61
3.1.4 Eixo - Infraestrutura e serviços públicos	62
Considerações	63
Referências.....	64
ANEXOS	65

LISTA DE SIGLAS

ACOOJUS - Associação dos pequenos produtores rurais de Jussara
ADAB - Associação de Defesa Agropecuária da Bahia
ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste
APA - Área de Proteção Ambiental
APLB - Associação de Profissionais de Magistério Licenciados da Bahia
ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental
BB - Banco do Brasil
BNB - Banco do Nordeste
CAA - Centro de Assessoria do Assuruá
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CBRVJ - Comitê de Bacias dos Rios Verde e Jacaré
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrícola
CDC – Centro Digital de Cidadania
CEBATSA - Centro de Capacitação em Bases Tecnológicas para o Semiárido
CEF - Caixa Econômica Federal
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CERB - Companhia de Engenharia Rural da Bahia
CESOL – Centro de Economia Solidária do Território de Irecê
CETA - Coordenação de Trabalhadores/as Acampados/as e Assentados/as
CETEPi- Centro de Educação Profissional do Território de Irecê
CF8- Centro Feminista 8 de março
CGSP - Ciclo da Gestão Social Participativa
CGT - Comitê Gestor do Território
CIAT - Comissão de Implantação de Ações Territoriais
CMDRS's - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMS's - Conselhos Municipais de Saúde
CNPQ – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
CODETER - Conselho de Desenvolvimento Territorial
CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEG – Conselho de Segurança Pública do Território de Irecê
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOAGRI - Cooperativa da Agricultura da Região de Irecê
COOPERFRUTH - Cooperativa de Frutas de Presidente Dutra
COOPERJ - Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara
COOPESAGRI - Cooperativa da Escola de Agricultura de Irecê
COPIRECÊ - Cooperativa de Irecê
COAFTI - Cooperativa da Agricultura Familiar do Território de Irecê
COAPTI- Cooperativa dos Apicultores do Território de Irecê
CSA - Convivência com o Semiárido
DFMA - Delegacia Federal do Ministério de Agricultura
DOU - Diário Oficial da União
DRS - Desenvolvimento Rural Sustentável
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EFA's - Escolas Família Agrícola
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE's - Estudo das Potencialidades Econômicas

ESAGRI - Escola de Agricultura da Região de Irecê
 FEEC - Fórum Estadual de Educação do Campo
 FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
 FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
 FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenv. do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
 FUNDIFRAN - Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
 GARRA - Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental
 IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
 IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
 IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 IPETERRAS - Instituto de Permacultura de Irecê
 LDB - Lei de Diretrizes Básicas
 MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
 MEC - Ministério de Educação
 MinC - Ministério da Cultura
 MMA - Ministério de Meio Ambiente
 MS - Ministério da Saúde
 MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
 MTE - Ministério de Trabalho e Emprego
 NEDET - Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – Território de Irecê
 ONG's - Organizações Não Governamentais
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PCF - Programa Crédito Fundiário
 PEA - População Economicamente Ativa
 PIA - População em Idade Ativa
 PIB - Produto Interno Bruto
 PIBM - Produto Interno Bruto Municipal
 PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PPIGRE - Programa da Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
 PROINF - PRONAF Infraestrutura e Serviços
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
 PSF - Programa Saúde da Família
 PST - Plano Safra Territorial
 PTDRSS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
 RA - Reforma Agrária
 RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
 SAB - Semiárido da Bahia
 SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
 SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
 SEAGRI - Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia
 SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
 SEI - Superintendência de Estatísticas e Informações
 SETRAS - Secretaria de Trabalho e Ação Social
 SRH - Superintendência Estadual de Recursos Hídricos
 SUAF - Superintendência de Agricultura Familiar
 SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
 TMI - Taxa de Mortalidade Infantil
 UFBA - Universidade Federal da Bahia
 UNEB - Universidade do Estado da Bahia

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DE IRECÊ

COMITÊ GESTOR	
INSTITUIÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
IFBA	Robério Batista da Rocha Janaina Novaes
CODEVASF	Luiz Alberto Barbosa Souza Wilson Ribeiro Cunha
UNEB	Joabson Figueiredo Adailson
NRE 01	Clendson Barreto Maria Leite
SETAF/BAHIATER	Jailso Francisco Oliveira Edvaldo Reinaldo
SEBRAE	Edirlan Miranda O. Souza
BNB	Antonio Carlos A. Santos Giorlan Xavier dos Santos
COPIRECÊ	Walter Ney Dourado Rodrigues Jonatas Silva Fernandes
FETAG	João da Cruz de Souza Santos Silvéria Maria Machado de Oliveira
POLO SINDICAL	Claudio Rodrigues Neiva
COMVIDA/CESOL	Vanessa Sousa Tomaz Fabiano Vidal de Freitas
CAA	Mário Cesar Rocha Damásio Sirleide dos Santos Sodré
PASTORAL DA CRIANÇA	Diana Francelina Dias
MST	Valterlucia Alves Martins Francisco Elizete Gomes Candido
COORDENADOR TERRITORIAL	
INSTITUIÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
COPIRECÊ	Walter Ney Dourado Rodrigues
ARTICULADOR TERRITORIAL	
INSTITUIÇÃO	NOME DO REPRESENTANTE
SEPLAN	João Carlos Durães de Araújo

ASSEMBLEIA TERRITORIAL
SOCIEDADE CIVIL
STTR de América Dourado
STTR de Barra do Mendes
STTR de Barro Alto
STTR de Cafarnaum
STTR de Canarana
STTR de Central
STTR de Gentio do Ouro
STTR de Ibipeba
STTR de Ibititá
STTR de Ipupiara
STTR de Irecê
STTR de Itaguaçu da Bahia

STTR de João Dourado
STTR de Jussara
STTR de Lapão
STTR de Mulungu do Morro
STTR de Presidente Dutra
STTR de São Gabriel
STTR de Uibaí
STTR de Xique-Xique
CAA – Centro de Assessoria do Assuruá
POLO SINDICAL dos Trabalhadores Rurais da Região de Irecê
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
COPIRECÊ - Cooperativa de Irecê
ASCONTEC – Assessoria e Consultoria Técnica
COOPERJ - Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara
CARITAS DIOCESANA – Ação Social da Diocese de Irecê
Quilombolas
COMVIDA/CESOL – Comunidade Cidadania e Vida
Associação Mulheres de Mulungu do Morro
AGROCOOP – Cooperativa de Trabalho Agropecuária Mista de Barro Alto
CREDIRURAL – Cooperativa de Crédito Rural dos Produtores da Região de Irecê
Pastoral da Criança
COPERMAC – Cooperativa Mista Agropecuária de Central
MST – Movimento dos Sem Terras
COAFTI – Cooperativa da Agricultura Familiar do Território de Irecê
BARRIGUDA – Centro de Desenvolvimento Socioambiental
Colônia de Pescadores Z37
COOAPTI - Cooperativa dos Apicultores do Território de Irecê
PODER PÚBLICO
Prefeitura de América Dourada
Prefeitura de Barra do Mendes
Prefeitura de Barro Alto
Prefeitura de Cafarnaum
Prefeitura de Canarana
Prefeitura de Central
Prefeitura de Gentio do Ouro
Prefeitura de Ibipeba
Prefeitura de Ibititá
Prefeitura de Ipupiara
Prefeitura de Irecê
Prefeitura de Itaguaçu da Bahia
Prefeitura de João Dourado
Prefeitura de Jussara
Prefeitura de Lapão
Prefeitura de Mulungu do Morro
Prefeitura de Presidente Dutra
Prefeitura de São Gabriel
Prefeitura de Uibaí
Prefeitura de Xique-Xique
ADAB - Agência de Defesa Agropecuária da Bahia
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
BAHIATER
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
INEMA = INGÁ/IMA/SEMA
UNEB – Universidade do Estado da Bahia

EMBASA – Empresa Baiana de Saneamento
SETRE/SINEBAHIA – Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
NRE 01 – Núcleo Regional de Educação
CETEP - Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê
NRS 01 – Núcleo Regional de Saúde
CERB - Companhia de Engenharia Rural da Bahia
Associação de Vereadores
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
Caixa Econômica Federal
IFBA- Instituto Federal da Bahia
CDS- Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê

Apresentação

Este documento apresenta a versão qualificada do PTDRSS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território de Irecê-BA, objeto da Política de Desenvolvimento Rural Sustentável implementada no Brasil desde 2004, que tem como finalidade articular, promover e apoiar iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais.

A primeira versão do PTDRSS do Território de Irecê é um documento que foi construído pela representação político-institucional do Território (Colegiado Territorial) entre 2006 e 2009. O Plano é resultado de um processo participativo de construção da visão de desenvolvimento rural sustentável e constitui-se como instrumento básico para nortear o processo de desenvolvimento sustentável no Território numa perspectiva de redução das desigualdades territoriais e sociais, integrando-o aos processos de desenvolvimento e promovendo a melhoria das condições de vida das populações. Nesse sentido, o horizonte da política apresenta uma nova concepção do desenvolvimento, onde os aspectos ambiental, econômico, social, cultural, político e institucional interagem no território, e prevê a superação da pobreza e a constituição de outro paradigma.

A elaboração desta nova versão do PTDRSS foi realizada pelo Colegiado de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê – CODETER TI e contou com a parceria do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial – NEDET Irecê, projeto implementado através da Chamada MDA/SPM/CNPQ, na qual a Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XVI coordena ações com vistas à assessoria em pesquisa e extensão numa perspectiva do desenvolvimento Territorial. O trabalho de assessoria, aliado à experiência metodológica desenvolvida em toda a Bahia, tornou possível a revisão da primeira versão do PTDRS (2006/2009) e elaboração de um conjunto de estratégias e metas, que foram incorporadas, validadas e homologadas pela plenária territorial, num processo desenvolvido durante 5 (cinco) Oficinas participativas e uma Assembleia de homologação.

Desde a primeira versão, o processo de elaboração/qualificação do PTDRSS sempre se pautou nos princípios da gestão social participativa, primando-se pela participação coletiva e democrática de todos os atores envolvidos no processo e sua permanente qualificação,

buscando sempre fomentar a reflexão crítica sobre a realidade do Território, de modo que as propostas (construídas pelo Colegiado) se direcionassem ao processo de transformação e melhoria na qualidade de vida da população. Portanto, na fase de qualificação, as oficinas coordenadas pelo NEDET contaram com a presença do poder público e sociedade civil do Território. Realizadas no período de agosto a dezembro de 2016 foram espaços de diálogo, construção coletiva e aprovação dos objetivos, estratégias e metas que irão nortear o desenvolvimento territorial nos próximos anos.

A primeira Oficina se constituiu num processo educativo de avaliar todo o processo de elaboração da primeira versão, bem como os resultados alcançados até 2016, suporte para construir um diagnóstico sobre a atual situação do Território. A metodologia da segunda Oficina foi organizada para realizar a montagem da Matriz de Ações (objetivos, estratégias e metas), um momento onde foram apontadas as Estratégias para elaboração de propostas para os Eixos determinados na metodologia adotada na Bahia e validada pelo coletivo do Território com adaptações ao contexto territorial: Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva e Acesso à Água; Eixo 2 - Estrutura Fundiária e Acesso à Terra; Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social e; Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos. Após isso, o NEDET se debruçou sobre documentos oficiais (PTDRS, PPA, relatórios de conferências já realizadas) para complementar a Matriz com relação às estratégias. As duas oficinas sequenciais (terceira e quarta) foram realizadas para o processo de revisão das estratégias e proposição de novas estratégias ainda não sugeridas e, prioritariamente, propor metas para as estratégias já assinaladas na II Oficina. A quinta e última oficina, constituiu-se como momento de validação da matriz, onde foram revisadas e aprovadas as metas propostas em todo o processo de qualificação. Também foram realizados os acordos para a gestão social e monitoramento e avaliação do novo plano do Território de Irecê. Essa versão é constituída de 3 (três) Capítulos, onde apresenta-se no primeiro capítulo o diagnóstico territorial, em seguida a matriz de objetivos, estratégias e metas e por fim a gestão social, acompanhamento e monitoramento. Este documento será complementado por Planos de Ações Territoriais (PAT) a serem elaborados e implementados no processo de gestão da política. O conjunto de informações estão disponíveis para a sociedade do Território através deste documento e se constitui como instrumento norteador da formulação e execução de ações para o desenvolvimento territorial.

Capítulo 1

Diagnóstico do Território



1.1 Histórico e breve caracterização do Território de Irecê

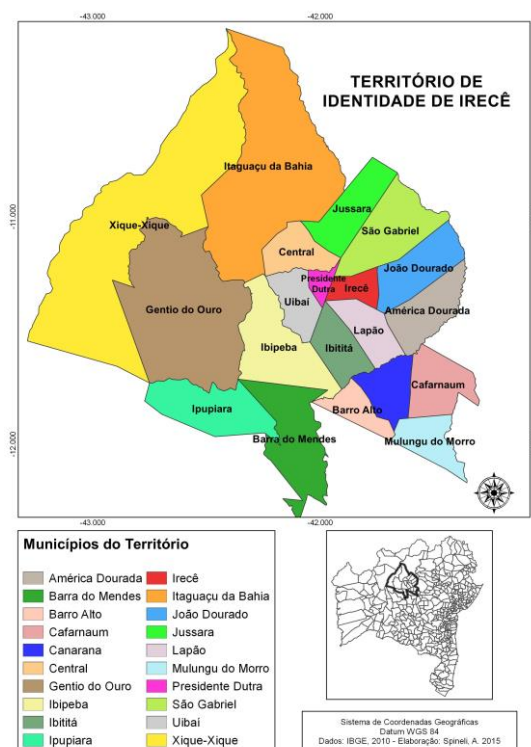
Com uma área de 26.638,40 Km², o Território de Irecê localiza-se na região centro-oeste do estado, integrando o Semiárido baiano. Faz divisa ao oeste com o Território do Velho Chico, ao sul com o da Chapada Diamantina e a leste com o Território Piemonte da Diamantina, tendo como principais vias de acesso as rodovias BA 052 (Estrada do Feijão), BA 131, BA 160 e BA 432. O Território é composto por 20 municípios que se originaram de desmembramentos dos municípios de Irecê, Central, Xique-Xique e Morro do Chapéu. Fazem parte do Território atualmente os municípios de América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique. Desses, cerca de 10 localizam-se ao redor de Irecê, o município mais urbanizado e considerado o núcleo dinâmico do Território por abrigar os bancos, universidade, hospitais de média complexidade, entre outros serviços (PTDRS, 2009).

Os municípios que integram o Território possuem características sociais, ambientais, econômicas e culturais semelhantes, apresentando áreas de mineração, de exploração da pecuária extensiva, de agricultura de subsistência e, a partir da década de 1970, com o avanço e predomínio da modernização da agricultura com a Revolução Verde¹, de uma agricultura comercial, capitalizada, com uso intensivo de tecnologias e agroquímicos.

Totalmente inserido no semiárido baiano, integra o Bioma Caatinga, sendo possível distinguir três subsistemas: o Platô de Irecê, com alturas geográficas médias de 700m, ocupando 60% da região e com solos extremamente férteis, mas com limitada oferta de água de chuva e água subterrânea; os vales do Rio Verde e Jacaré, que contornam o platô no lado leste e oeste, com boa oferta de água, tanto superficial como subterrânea, porém com solos fracos e; a Chapada Diamantina, com altitudes até 1000m, com clima mais úmido e frio, mas com solos de baixa fertilidade. (PTDRS, 2009)

¹ A Revolução Verde ocorreu no final do ano de 1940. A expressão surgiu em 1966, em Washington. O processo de modernização agrícola veio com o propósito de aumentar a produção através do desenvolvimento em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo que pudessem aumentar a produção.

Figura 01- Composição Municipal



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010

Por integrar o Semiárido, o Território apresenta limitações hídricas, com chuvas irregulares em períodos de 03 a 04 meses por ano, variando entre 500 a 700 mm/ano e 08 meses de estiagem. A situação ambiental é crítica com relação à preservação dos rios temporários e suas matas ciliares, que cederam espaço às irrigações com uso desordenado de agrotóxicos. Os esgotos são lançados indiscriminadamente nos rios e a abertura de poços artesianos como fonte de água para irrigação de forma exacerbada (sem autorização dos órgãos regulamentadores) vêm prejudicando os lençóis freáticos do Território. O abastecimento com água de consumo humano é realizado pela barragem de Mirorós, localizada no município de Ibipêba e em 2013, frente ao colapso do sistema, o Governo do Estado implementou a Adutora do Feijão, que traz água do Rio São Francisco para complementar o sistema Mirorós. Esses dois sistemas juntos não cobrem a população total, em especial nas áreas rurais que dependem de tecnologias complementares, como é o caso das cisternas de placas para captação de água para consumo, produção de alimentos e dessedentação animal. (PTDRS, 2009).

Com relação à população da microrregião de Irecê, esta foi se configurando como resultado da intensificação das atividades agropecuárias, apresentando a maior concentração de centros urbanos, o que possibilitou o surgimento de cidades como América Dourada, João Dourado, Irecê, São Gabriel, Jussara, Lapão, Canarana, Ibititá, Ibipoba, Barro Alto, Barra do Mendes, Itaguaçu da Bahia, Mulungu do Morro e Presidente Dutra, totalizando 73,7 % das sedes municipais do Território.

Conforme os dados dos últimos Censos Demográficos (Tabela 01), a população do Território passou de 376.335 em 2000 para 402.828 habitantes em 2010, registrando um aumento de 7,4% no período. A densidade demográfica média é de 32,81 hab./km².

O território é formado, em grande parte, por municípios pequenos, com até 20 mil habitantes, à exceção dos cinco a seguir: Canarana, Irecê, João Dourado, Lapão e Xique-Xique. Dados demográficos do Censo 2010 também indicam que o município de Irecê possui a maior população do Território, 66.181 habitantes, e uma das menores superfícies, concentrando o maior contingente populacional por área, com uma densidade de 207,45 hab/km², seguido pelo município de Presidente Dutra com 84,07 hab/km². No extremo oposto, Ipupiara é o município do Território com menor população, 9.285 habitantes. As densidades demográficas mais baixas são encontradas em Gentio do Ouro (2,87 hab/km²), Itaguaçu da Bahia (2,97 hab/km²) e Xique-Xique (8,28 hab/km²). Os municípios que tiveram queda na quantidade de habitantes foi Mulungu do Morro, que passou de 15.119 em 2000 para 12.249 em 2010, com redução de 2.870 pessoas e América Dourada, que teve uma pequena redução de 65 habitantes no referido período.

Tabela 01 - População e densidade demográfica do Território no período de 2000 a 2010

Município do Território	População 2000	População 2010	Densidade Demográfica
América Dourada	15.959	15.961	19,05
Barra do Mendes	13.610	13.987	9,08
Barro Alto	12.098	13.612	32,68
Cafarnaum	16.059	17.209	25,49
Canarana	21.665	24.067	41,76
Central	16.792	17.013	28,24
Gentio do Ouro	09.973	10.622	2,87
Ibipoba	15.362	17.008	12,29
Ibititá	17.905	17.840	28,63
Ipupiara	08.541	09.285	8,75

Irecê	57.436	66.181	207,45
Itaguaçu da Bahia	11.309	13.209	2,97
João Dourado	18.967	22.549	24,65
Jussara	10.339	15.052	15,87
Lapão	24.727	25.646	42,38
Mulungu do Morro	15.119	12.249	21,64
Presidente Dutra	13.730	13.750	84,07
São Gabriel	18.412	18.427	15,36
Uibaí	13.614	13.625	24,73
Xique-Xique	44.718	45.536	8,28
Total	376.335	402.828	--

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000 e 2010

De acordo com Delgado e Lasa (2013, p.77), ao analisar os dados da população com relação a caracterização entre urbano e rural oficial, predomina o maior percentual da população nas áreas urbanas, fato que necessitaria de uma “caracterização sociológica mais afinada”, já que como apontou Veiga (1992) diversas aglomerações consideradas urbanas são, na realidade, tipicamente rurais, e as atividades agropecuárias são a base de sobrevivência da sua população. A partir dos critérios utilizados pelo Censo Demográfico, a população urbana é de 247.300 pessoas (61,39% do total), com um grau de urbanização um pouco menor do que o do estado da Bahia (72,07%). A população rural alcança 155.528 habitantes (38,61% do total) e apenas 08 (oito) dos 20 (vinte) municípios apresentam população rural superior à urbana. Contrariando os critérios que definem toda sede do município como urbana e levando em consideração o critério adotado por Veiga (1992), ou seja, caracterizar como urbano apenas os municípios com mais de 50 mil habitantes, estima-se que da população total, 402.828, aproximadamente 333.647 vivem na zona rural, já que apenas o município de Irecê possui população superior a tipologia adotada pelo autor.

A composição e a formação da população atuam diretamente nas características socioeconômicas de um território, bem assim de outros fatores como infraestrutura, serviços e políticas públicas. Na qualidade de grande produtor de feijão, o Território de Irecê conta com investimentos na área de irrigação, além de possuir boa estrutura de comércio e serviços, motivo pelo qual as pessoas encontraram espaço de emprego nos diversos setores do comércio, serviços e agricultura. Trata-se de um Território historicamente construído sobre o apogeu e declínio de monoculturas como algodão, feijão e mamona, que trouxeram importantes consequências tanto para atração quanto para expulsão de habitantes. Com relação ao número de estabelecimentos da agricultura familiar, os dados apontam a

existência 44.850 unidades familiares. Do conjunto dos 20 municípios que compõem o Território, os que apresentam maior número de agricultores familiares são os municípios de Lapão, Ibititá, Xique-Xique e América Dourada. Irecê e Gentio do Ouro possuem o menor número de agricultores familiares, sendo 805 no total com DAP ativa para Irecê e 1.172 na mesma situação para o município de Gentio do Ouro. O município de Lapão foi o que apresentou o maior número proporcional de DAP total e DAP ativa, representando uma queda de 1.043 agricultores e agricultores familiares com o documento que habilita o acesso ao PRONAF e as políticas públicas. Abaixo (Tabela 02) apresentamos o extrato de DAP:

Tabela 02 - Número de Documentos de Aptidão ao Pronaf (DAPs) no Território de Irecê

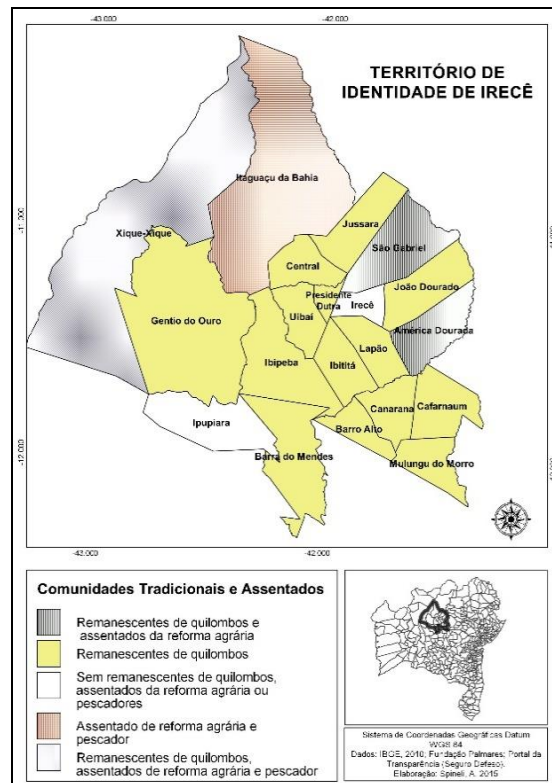
Município	Nº DAP Ativa	Nº DAP Total
América Dourada	2.791	3.045
Barra do Mendes	1.881	1.948
Barro Alto	1.819	1.925
Cafarnaum	2.568	2.992
Canarana	2.552	2.996
Central	2.578	2.945
Gentio do Ouro	1.172	1.204
Ibipeba	1.826	2.003
Ibititá	3.338	3.972
Ipupiara	1.521	1.542
Irecê	805	1.043
Itaguaçu da Bahia	1.804	2.026
João Dourado	2.368	2.488
Jussara	2.361	2.574
Lapão	3.438	4.481
Mulungu do Morro	1.927	2.326
Presidente Dutra	2.542	2.874
São Gabriel	2.584	2.806
Uibaí	1.673	1.971
Xique-Xique	3.302	3.864
Total	44850	50626

Fonte: MDA, 2015.

Em relação aos grupos vulneráveis da população rural do Território destacam-se os quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores e os ribeirinhos (Figura 02). Com relação aos pescadores e ribeirinhos identifica-se 6.222 estão concentrados em sua maioria no município de Xique-Xique, às margens dos rios Verde e Jacaré (afluentes do São Francisco) e que também vivem da pesca artesanal, sem acesso à infraestrutura produtiva e renda.

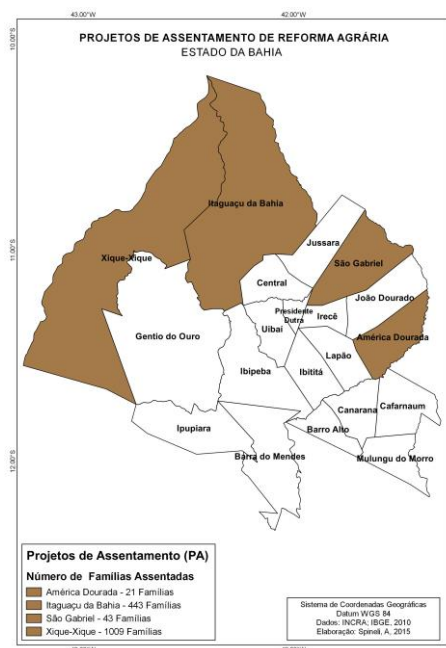
Com relação aos assentados da reforma agrária criados pelo INCRA (Figura 03), ao todo são 17 Projetos de Assentamentos (PA), distribuídos da seguinte maneira nos municípios de: América Dourada possui 1 (um) PA, Itaguaçu da Bahia, possui 7 (sete) PA's, em São Gabriel existem 4 (quatro) PA's e Xique-Xique que concentra um número considerável, com 5 (cinco) PA's ativos, abrigando um total de 1.400 famílias.

Figura 02 – Grupos vulneráveis no Território de Irecê



Fonte: IBGE, 2010; INCRA, 2015; Fundação Palmares, 2015

Figura 03 – Assentamentos no Território de Irecê



Fonte: INCRA, 2015.

Oficialmente existem comunidades quilombolas em 18 municípios do Território de Irecê, não sendo computados apenas os municípios de Irecê e Ipupiara (Figura 02). São 112 comunidades quilombolas distribuídas entre 17 municípios do Território, sendo que desse total, somente 6 (seis) foram reconhecidas pela Fundação Palmares e 18 aguardam visita para certificação, conforme representação (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Número de Comunidades Quilombolas no Território de Irecê



Fonte: Fundação Palmares, 2015

A população do Território Irecê que vive abaixo da linha de pobreza (Tabela 03), segundo os dados dos anos 2000 correspondia a 5% do total da população em extrema pobreza na Bahia (2.407.990 pessoas). Os dados da época também mostram que para o conjunto do Território, cerca de 42,78% estão classificados nessa situação e 33,49%, em situação inferior à pobreza. Somados os números das duas situações temos 76,27% da população em condições precárias, revelando a concentração da riqueza do território numa pequena proporção da população 23,73%. América Dourada, Jussara, São Gabriel e Xique-Xique lideravam o ranking da pobreza.

Tabela 03 - Percentual de pessoas consideradas pobres

Município	Pobres	Índice Inferior da Pobreza
América Dourada	53,65	47,45
Barra do Mendes	34,17	24,4
Barro Alto	38,02	28,97
Cafarnaum	45,10	36,48
Canarana	31,92	24,77
Central	37,94	28,8
Gentio do Ouro	35,14	25,84
Ibipeba	31,56	22,59
Ibititá	46,36	36,48
Ipupiara	39,14	29,57
Irecê	41,99	32,28
Itaguaçu da Bahia	47,71	31,21
João Dourado	46,24	36,7
Jussara	54,26	47,43
Lapão	37,87	28,54
Mulungu do Morro	41,74	33,20
Presidente Dutra	44,55	33,79
São Gabriel	51,29	42,45
Uibaí	39,54	30,37
Xique-Xique	57,35	48,54
Total	42,78	33,49

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Território, verifica-se a passagem da média de 0,493 para 0,596 ao comparar sua evolução ao longo de 2000 e 2010, o que permite classificá-lo como de desenvolvimento médio, tal qual o índice geral do estado. Para apurar tais índices, a queda da mortalidade infantil e o aumento da

frequência escolar colaboraram para a mudança no IDH-M. Irecê lidera o ranking de 2010 com 0,691 e Gentio do Ouro tem o pior, com 0,559, estando abaixo da média territorial.

Tabela 04 - Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) no período de 2000-2010

Município	IDHM 2000	IDHM 2010	Ranking no Território
Irecê	0,592	0,691	1
Barra do Mendes	0,495	0,630	2
Uibaí	0,508	0,617	3
Ibipeba	0,485	0,616	4
Presidente Dutra	0,503	0,614	5
Barro Alto	0,473	0,607	6
Ibititá	0,485	0,602	7
Central	0,490	0,596	8
Lapão	0,522	0,596	9
João Dourado	0,520	0,593	10
São Gabriel	0,531	0,592	11
Ipupiara	0,488	0,590	12
Canarana	0,501	0,587	13
Xique-Xique	0,470	0,585	14
Cafarnaum	0,499	0,584	15
Jussara	0,470	0,571	16
Mulungu do Morro	0,407	0,566	17
Itaguaçu da Bahia	0,449	0,562	18
América Dourada	0,453	0,561	19
Gentio do Ouro	0,510	0,559	20

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013 (Com dados dos Censos 2000 e 2010.)

Essa breve caracterização revela os principais aspectos do Território de Irecê, contornando o objeto desta investigação, mostrando, portanto, a realidade do espaço onde vivem os agricultores e agricultoras familiares.

1.1.1 Caracterização da Agricultura Familiar no Território

No esforço de caracterização empírica da agricultura do Território de Irecê, com base nas estatísticas recentes é possível revelar os extratos dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares (número e área) e sua estratificação por grupos de área. Levando em consideração essa tipologia, é possível constatar os seguintes dados sobre o Território: O Território apresenta um total de 44.815 estabelecimentos, com área de 1.207.817 ha. Desse total, 41.011 são estabelecimentos familiares (91,5%) que ocupam 45,5% da área total. Já os

estabelecimentos da agricultura não familiar são apenas 3.804 (8,5% do total) em uma área de 657.266 ha, que representa 54% do total. Essa caracterização fundiária não foge à regra de concentração de terras presente em todo o estado da Bahia. A agricultura familiar é sempre maior em quantidade de estabelecimentos, mas a concentração de terras ainda permanece nas mãos de poucos, inclusive no Território de Irecê.

Tabela 05 - Estabelecimentos por grupo e área ocupada

Tipo de estabelecimento	Nº Estabelecimentos	Área ocupada	%
Agricultura Familiar	41.011	550.551 ha	45,5%
Agricultura não-familiar	3.804	657.266 ha	54,5%
Total	44.815	1.207.817 ha	100%

Fonte: Censo Agropecuário 2006

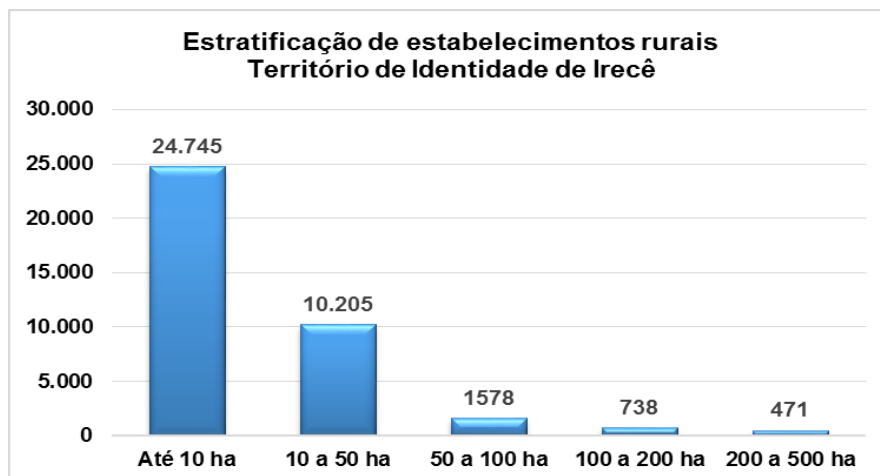
Predomina também no Território o produtor que é proprietário de sua área de produção, independentemente do tamanho da propriedade. Dos 44.815 estabelecimentos rurais, cerca de 37.960 (84,7%) são de produtores proprietários. Já a estratificação dos estabelecimentos no território é a seguinte: 1) 124 estabelecimentos de produtores sem área (0,3% do total); 2) 30.254 estabelecimentos com até 10 ha de área (67,5%); 3) 472 estabelecimentos de 10 a 50 ha (24,8%); 4) 263 estabelecimentos de 50 a 100 ha (4,1%) e; 5) 234 estabelecimentos de 100 a 500 ha (2,8%).

Tabela 06– Estratificação dos Estabelecimentos rurais

Estratificação	Nº produtores	Percentual
Produtores sem área	124	0,3 %
Até 10 ha	30.254	67,5 %
10 a 50 ha	472	24,8 %
50 a 100 ha	263	4,1 %
100 a 500 ha	234	2,8 %
Total	31.347	100 %

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Gráfico 02 – Estratificação de estabelecimentos rurais (estabelecimentos x tamanho hectares)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010

É possível afirmar que esse processo de ocupação dessas áreas ocorreu aliado às características naturais da região, como tipos de solo, proximidade com o Rio São Francisco e as estiagens, determinaram o fluxo migratório da população e a sua estruturação fundiária. Delgado e Lasa (2009) ao realizarem estudo de Caso sobre o Território de Irecê, demonstram que houve “prevalência do poder econômico e político e os recursos a eles associados fizeram com que grande parte do processo de ocupação ocorresse a partir de grilagens, despejos violentos e aquisições fraudulentas”.

Até os anos 1950, a agricultura era desenvolvida em pequenas áreas com sistemas produtivos diversificados que preservavam formas tradicionais de produção e relações de trabalho familiares e comunitárias. A partir daí a atuação do Estado foi fundamental para alterar a configuração da estrutura agrária do Território de Irecê, promovendo políticas de modernização agropecuária que provocaram intensas transformações na organização da base produtiva, nas relações sociais e na configuração do espaço regional. Neste processo de modernização, a cidade de Irecê firmou-se como polo regional, concentrando a população e a maior estrutura de serviços, de atividades econômicas e de órgãos do poder público estadual e federal [...]”. (DELGADO E LASA, 2013, p.)

Ao traçarmos o contexto histórico, percebe-se que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) se fez presente na região em 1960, com a meta de modernizar a agricultura, mas o primeiro órgão público específico para a agricultura foi instalado no território pelos militares, já que foi no período da ditadura que se intensificou o

processo de modernização. A Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia trouxe tratores para serem alugados aos proprietários e iniciou o processo de fornecimento de crédito para a aquisição de novos equipamentos, que seriam adquiridos junto a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), que mais tarde transforma-se em Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF). Tais órgãos instituíram um plano de assistência técnica e financeira para intensificar o crescimento da produção agrícola da região, plano denominado de “Operação Irecê” e executado pelo Banco do Nordeste. (DOURADO, 2003, p.41)

Dourado (2003) explicita ainda que o crédito agrícola foi um dos principais instrumentos da política agrícola do governo para estimular e acelerar o crescimento agrícola da região de Irecê, à semelhança de outras regiões. Contudo, o crédito agrícola na região foi praticamente exclusivo aos grandes e médios proprietários devido às exigências bancárias de garantia e documentação do imóvel e é claro pela negação da agricultura familiar. Só após o ano de 1976, com a participação do POLONORDESTE é que o acesso de uma parcela de pequenos produtores passa a obter créditos.

Durante as décadas de 70 a 90 os municípios em torno na cidade de Irecê ficaram conhecidos como a “região do feijão”, apesar do plantio do tri-consórcio (milho, feijão e mamona), que garantiu um aumento significativo na produção de milho, feijão, mamona, além do algodão do Estado. Os principais fatores que permitiram o desenvolvimento das culturas foram a fertilidade dos solos e a existência de um lençol aquífero subterrâneo, além de todo aparato químico e industrial trazidos pelos “pacotes” dos governos para o aumento da produção.

[...] O “boom” do feijão coincide com o que se convencionou chamar de “milagre econômico”, implementado pelos governos militares e pode ser considerado uma cabal demonstração empírica da chamada modernização da agricultura brasileira. Os mecanismos financeiros (crédito, preços mínimos, seguros agrícolas) e de assistência técnica constituíram-se nos principais instrumentos da política governamental para estimular e acelerar o desenvolvimento agrícola da região. Foram quase exclusivamente direcionados aos grandes e médios proprietários, em função do seu peso político e das exigências bancárias de garantia e de documentação dos imóveis rurais. (PTDRS, 2009, p. 64)

Nos estudos da SEI (2003, p.15) é possível encontrar um resumo sobre a caracterização deste período marcado pela a modernização e industrialização da agricultura,

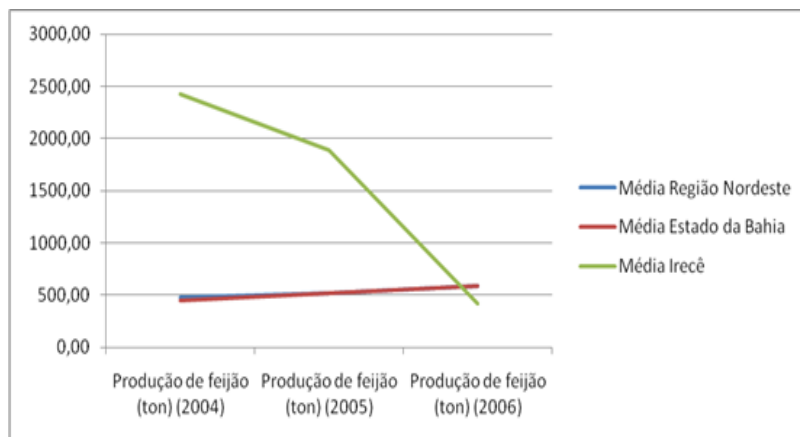
que se traduziram fortemente em técnicas de plantio, mecanização e, mais recentemente, no uso intensivo de biotecnologias como as sementes e rebanhos melhorados geneticamente. O modelo assumido pelo governo de crescimento econômico e imposto em toda a Bahia através dos pacotes tecnológicos, “[...] provou grandes impactos ambientais tais como, desertificação dos solos e contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos”.

Na década de 90 a Região de Irecê sentiu profundamente as mudanças ocorridas na macro política, marcada pelo reflexo da reestruturação capitalista das décadas anteriores, avanço do neoliberalismo e retração do Estado. Nesse período ocorre o desmonte dos órgãos de assistência técnica e a redução do crédito para os agricultores. Somou-se a esse processo os impactos ambientais e as crises decorrentes de estiagens relacionadas às mudanças climáticas ocasionando uma crise no modelo de desenvolvimento fundado nas monoculturas do feijão, milho e mamona. Entre os principais problemas destacaram-se o endividamento em massa dos agricultores, compactação dos solos, aumento de áreas desertificadas e perdas de safra das culturas tradicionais.

Ao analisar PTDRS (2009), na qual é possível encontrar um diagnóstico desse momento específico, detecta-se que várias foram as tentativas dos agricultores, em particular os capitalizados com o “boom do feijão” de superar a crise, sendo uma delas o investimento na produção de oleícolas irrigadas, como cenoura, cebola e beterraba nas margens do Rio São Francisco, que apesar de ter sido uma saída para parte dos agricultores também foi realizado com a lógica da monocultura e dos pacotes tecnológicos, com uso indiscriminado de agrotóxicos e abuso da retirada de água dos lençóis freáticos. Para os agricultores familiares que não possuíam capital para investir na irrigação restou a insistência nas culturas de sequeiro, que devido a intensificação dos processos de estiagem não produzem mais como nas três décadas precedentes. Como grande produtora de feijão a partir da década de 70, o Território de Irecê teve uma queda significativa desses números a partir dos anos 2000, ficando abaixo da média da Bahia e Região Nordeste, conforme dados de 2004 a 2006 (Gráfico 03). Com a produção de milho não foi diferente. Uma cultura tradicional das famílias agricultoras, responsável pela base alimentar e referência nas festas tradicionais, o milho também foi estimulado no período da Revolução Verde no Território. Além da base alimentar os agricultores utilizavam essa cultura para alimentação animal.

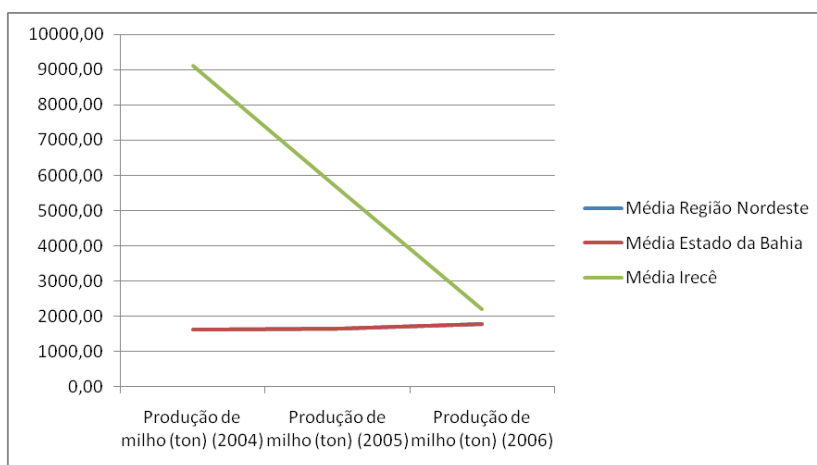
Abaixo, é possível perceber que entre 2004 e 2006 houve uma queda significativa da produção de milho (Gráfico 04), demonstrando o declínio do modelo do tri-consórcio.

Gráfico 03 - Produção de Feijão no Território Irecê



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (2006)

Gráfico 04 Produção de Milho no Território Irecê



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (2006)

Mesmo com esse declínio a partir dos anos 2000, segundo dados do PTDRS (2009, p.46), do ponto de vista da base produtiva agrícola ainda permaneceu a produção de feijão, milho e mamona, acrescentando-se as culturas da mandioca, do sorgo, da cebola e do algodão. A cultura da mamona está presente em quase todo o Território, representando 57% da área colhida, 46% da produção e 48% do valor da produção dos respectivos totais territoriais. A farinha e os derivados da mandioca são produtos importantes para o consumo familiar dos agricultores e na composição de sua renda, mas o território não tem maior expressão no estado no tocante à área colhida, produção e valor da produção. O sorgo vem

sendo introduzido com uma produção expressiva, participando com 28% da área colhida, 32% da produção e 27% do valor da produção em relação ao estado. A cebola irrigada é desenvolvida nas margens do Rio São Francisco. Mesmo participando com 18% da área colhida, 20% da produção e 25% do valor da produção do estado, sofre frequentes crises em decorrência da instabilidade de preços e da concorrência de outros centros produtores do país. Quanto ao algodão, os municípios de Jussara e Itaguaçu da Bahia são responsáveis por 94% da produção e 93% do valor da produção do Território. Em relação à pecuária do estado, o rebanho bovino é pouco expressivo, com uma participação de 2,8% do total, criado de forma extensiva ou semiextensiva. Metade do plantel, 50,1%, localiza-se nos municípios de Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique, destacando-se este último que, sozinho, representa 28% do total do rebanho do Território. Maior expressão têm os rebanhos ovino e caprino, no conjunto do estado: 4,6% e 5,9%, respectivamente, sendo que 42% dos totais territoriais concentram-se nos municípios de Central, Jussara e Xique-Xique.

Tabela 07 - Produção agrícola no Território de Identidade de Irecê no ano de 2013

Produto	Quantidade (toneladas)	Produzida	Ranking no Território
Tomate	461800,00		1
Aves	413755,00		2
Bovino	177952,00		3
Ovinos	152756,00		4
Caprinos	110095,00		5
Suíños	64110,00		6
Cebola	57200,00		7
Mandioca	16698,00		8
Leite (vaca)	14774,00		9
Banana	13849,00		10
Mamona	6246,00		11
Mel	3868,00		12
Manga	2778,00		13
Sisal	1362,00		14
Ovos	1060,00		15
Milho	1048,00		16
Maracujá	580,00		17
Feijão	149,00		18
Goiaba	72,00		19
Algodão	0,00		20

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010

Tabela 08 - Produção extrativista no Território de Identidade de Irecê em 2013

Municípios	Umbu (toneladas)	Lenha (metros 3)	Mangaba (toneladas)	Castanha de Cajú (toneladas)	Oleaginosas (toneladas)
América Dourada	45	2400	0	0	0
Barra do Mendes	14	1750	0	0	0
Barro Alto	13	100	0	0	0
Cafarnaum	16	3120	0	0	0
Canarana	20	85	0	0	0
Central	111	157832	0	0	0
Gentio do Ouro	51	132248	15	0	0
Ibipeba	17	1900	0	0	0
Ibititá	10	2000	0	0	0
Ipupiara	12	6585	2	2	1
Irecê	3	300	0	0	0
Itaguaçu da Bahia	58	41679	0	0	0
João Dourado	7	700	0	0	0
Jussara	7	1661	0	0	0
Lapão	7	750	0	0	0
Mulungu do Morro	17	1079	0	0	0
Presidente Dutra	7	110	0	0	0
São Gabriel	5	735	0	0	0
Uibaí	4	80	0	0	0
Xique-Xique	122	580102	0	0	0
Total	546	935216	17	2	1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010

Portanto, a caracterização geral e também a caracterização da agricultura familiar do Território de Irecê apontam para a necessidade de realizar o planejamento de forma sustentável do desenvolvimento Territorial, construindo coletivamente um projeto que possa melhorar a qualidade de vida das famílias.

1.2 Desenvolvimento Sustentável do Território

Neste tópico estão apresentados os resultados referentes aos desafios e potencialidades que o coletivo do Território no âmbito do colegiado apontou como base para traçar as estratégias na construção do PTDRSS. É importante salientar que durante as atividades de avaliação para qualificação do Plano foi apontado pelo coletivo do Território, que as oportunidades para promover o desenvolvimento rural sustentável do território consistem em aproveitar o potencial da agricultura familiar e das cadeias adaptadas às

condições semiáridas, como as da caprinovinocultura, fruticultura, mandiocultura, mamona e biodiesel, apicultura, meliponicultura e piscicultura, além de ações transversais nas demais dimensões do desenvolvimento que possam promover a qualidade de vida das famílias que vivem no território.

O Território apresenta também potencial para desenvolver sistemas produtivos agroflorestais ou agroecológicos. Atualmente, são mais de 500 agricultores inseridos na transição agroecológica e produzindo em sistemas harmônicos com o meio ambiente, sendo que desses 50 estão com certificação. A proposta de Convivência com o Semiárido tem avançado e já é possível encontrar produções de fundo de quintais, policultivos e cultivos agroecológicos, bancos de sementes, hortas comunitárias e agricultores valorizando as frutas nativas para comercialização. Além disso, as cisternas e demais tecnologias sociais de captação de água da chuva para produção são experiências exitosas que se multiplicam no Território para garantir água para os agricultores e agricultoras produzirem e se reproduzirem enquanto categoria.

Apesar do avanço da proposta de Convivência com o Semiárido, as possibilidades dos agricultores na busca de outros tipos de renda são reduzidas, visto que a economia local é extremamente dependente da agropecuária. As maiores oportunidades de emprego são proporcionadas pelas ocupações temporárias na agricultura, de sequeiro ou irrigada com baixa remuneração. Isto provoca migrações de jovens e de pais de família para trabalharem no corte da cana no oeste do estado, e na colheita do café, em Minas Gerais e São Paulo. Ganhou força também nos últimos anos uma discussão sobre estratégias de geração de renda através de atividades não agrícolas, já que o Território possui potencial para desenvolver o turismo de lazer, com cenários que contemplam cachoeiras, pinturas rupestres e outras belezas naturais e o turismo cultural, com as manifestações culturais que incluem grupos de reisado, cantadeiras de roda, cantadores de aboio, São Gonçalo, Pífano, vaquejadas, caretas, quadrilhas, trança fita e artistas da terra. Além dessas atividades, outro importante é o artesanato, principalmente os desenvolvidos com madeira, casca de coco, fibra de sisal, crochês, fuxico, sementes, folha de bananeira, retalhos, cipó e vários outros.

Nesse sentido, pensando que diante das diversas potencialidades os atores sociais do território podem encontrar as soluções para o desenvolvimento, durante a construção do PTDRSS foi registrado o conjunto de desafios e potencialidades em cada uma das dimensões,

para que a partir desse escopo o coletivo possa construir estratégias futuras no âmbito do plano. Apresentaremos a matriz de cada dimensão na seguinte ordem: dimensão socioeconômica; dimensão ambiental; dimensão sociocultural e dimensão político institucional.

1.2.1 Dimensão Socioeconômica

Dimensão relacionada às cadeias produtivas potenciais do Território, inclusão produtiva e geração de trabalho emprego e renda e foi construído com base na avaliação da Matriz da primeira versão do PTDRS, tendo como base as ações com foco nas cadeias produtivas que foram implementadas e que foram potenciais e as que apresentaram desafios e que não devem continuar no escopo das ações estratégicas para o desenvolvimento do Território.

Quadro 01 – Desafios e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver as cadeias produtivas potenciais de forma que atenda a economia territorial e torne-se fonte de renda para os agricultores e agricultoras familiares; - Estruturar a cadeia produtiva da mamona e biodiesel, já que os recursos implantados no município de Lapão para a produção de óleo dessa oleaginosas com recursos do PROINF nos anos que seguiram a implementação das ações do PTDRS não apresentaram resultados satisfatórios para os agricultores e agricultoras; - Dificuldade de estruturar a cadeia produtiva da fruticultura, que ainda é vista pela produção da pinha no município de Presidente Dutra, mas sem participação de agricultores familiares de forma articulada. É preciso investir na estruturação da cadeia via produção e beneficiamento de frutas nativas, além da produção de pinha, manga, banana entre outros; - Entraves na cadeia da piscicultura como falta de infraestrutura e investimentos, além de falta de organização e capacitação dos pescadores 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de várias iniciativas de produção sustentável e agroecológica como quintais produtivos, casa de sementes, entre outros. - Presença das cadeias produtivas da caprinovinocultura, piscicultura, fruticultura, mamona e biodiesel, caprinovinocultura e apicultura. - Avanço na cadeia produtiva desde a primeira versão do PTDRS com Ampliação das instalações e equipamentos do laticínio da COOPERJ; Aquisição de transporte adequado para a coleta e distribuição de leite e derivados; ampliação do complexo industrial de corte Jussara para atender as demandas Territoriais; Implantação de unidades mistas de recepção de leite em todos os municípios do Território; - Potencial para beneficiamento de frutas nativas, onde nos últimos anos foram implementadas 17 cozinhas comunitárias em diversos municípios com capacidade para produção de polpas, doces e geleias das frutas do sertão. Além disso, está em curso (2017) a implementação de mais 7 unidades com apoio

<p>nos municípios como Xique-Xique, Canarana, Itaguaçu e América;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades com produção de peixe em tanque-rede que não apresentaram resultados satisfatórios e de organização dos produtores em torno da cadeia da piscicultura; - Limitação nos programas de geração de emprego e renda e aumento do desemprego; - Agricultura patronal, principalmente das irrigações não garantem condições de trabalho dignas para os AF que vendem sua força de trabalho para ter uma renda mínima; - Número elevado de agricultores familiares sem assistência técnica, já que o atendimento atual não chega a 5 mil famílias no universo de 40 mil; - Garantir renda através da comercialização para mercados institucionais, já que Programas de Aquisição de Alimentos para alimentação escolar que possui orçamento e poderia gerar renda para AF são burlados no âmbito dos municípios e a renda acaba indo para empresários e atravessadores. 	<p>da CAR.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cadeia produtiva da apicultura avançou desde a primeira versão do Plano com mapeamento dos municípios potenciais, entrada do Território no mapa estadual da apicultura e meliponicultura e implantação (em curso) de UBM em América Dourada, Irecê, São Gabriel, Xique-Xique, Central, Lapão e Mulungu do Morro; - Presença de órgãos promotores e organismos não governamentais executoras de ATER, com atendimento dirigido e pautado na Lei de ATER; - Desenvolvimento da Cadeia da bovinocultura de leite no município de Uibaí com a construção do laticínio; - Feira agroecológica do Território envolve cada vez mais produtores, agora com certificação, estruturando melhor as redes de produção e consumo sustentáveis; - Pesquisa participativa de variedades e formação de bancos de sementes, totalizando 33 bancos de semente para 660 famílias.
--	---

1.2.2 Dimensão Ambiental

Esta dimensão está relacionada aos temas da água potável, resíduos sólidos, desertificação, desmatamento, rios, degradação, educação ambiental e manejo do solo.

Quadro 02 – Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Revitalização dos Rios Verde e Jacaré permanece como um desafio constante na luta pela preservação no Território, apesar dos pequenos avanços; - Destinação inadequada de resíduos sólidos (lixões); - Inexistência de políticas de aproveitamento do lixo como fonte de renda e trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação e fortalecimento do Comitê de Bacias dos Rios Verde e Jacaré que vem lutando pela revitalização; - Cercamento da área das nascentes dos Rios Verde e Jacaré; - Criação do Consórcio Público para implantação do Aterro Sanitário que está em fase de legalização para iniciar o funcionamento para alguns municípios;

<ul style="list-style-type: none"> - Tapete de caatinga cada vez mais diminuído no Território; - Avanço do processo de desertificação; - Lençóis freáticos contaminados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos; - Falta de mapeamento dos poços artesianos existentes em função da abertura de unidades sem outorga d'água; - Aumento das irrigações da agricultura patronal que usam exacerbadamente o solo, água e agroquímicos; - Falta de esgotamento sanitário nos municípios do Território; - Programas de Educação ambiental não atingem a população de forma massiva; - Implantação do Baixio de Irecê conflituosa que confronta interesses (grandes agricultores X famílias do entrono X agricultores que querem participar do projeto); 	<ul style="list-style-type: none"> - Avanço da pauta da agroecologia contribui para melhoria nas questões ambientais no Território;
---	--

1.2.3 Dimensão Sociocultural

Dimensão relacionada à saúde, educação, gênero, cultura, raça, proteção social, segurança, além de segurança alimentar e nutricional, redução de desigualdades e promoção de igualdades sociais.

Quadro 03 – Desafios e Potencialidades na Dimensão Sociocultural Educacional

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Maior oferta dos equipamentos e serviços de saúde especializada para atender a população do Território; - deficiência, insuficiência E rotatividade de profissionais e mercantilização dos serviços médicos; - Alto índice de Câncer no Território, apontado pela população sem comprovação científica e 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Saúde da Família e UPA com maior cobertura nos municípios do Território; - Existência do SAMU em alguns municípios como Irecê e Ipupiara; - Casa de Parto na cidade de Irecê; - Construção da Policlínica pelo Governo do Estado em Irecê;

<p>dados que certifiquem a informação;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alto número de cirurgias eletivas para serem realizadas; - Demora no atendimento para consultas e procedimentos especializados; - Maior oferta dos cursos de graduação e pós-graduação na educação pública e gratuita; - Maior oferta e qualificação de cursos técnicos com formação contextualizada e voltada para a agroecologia; - Escolas e Educação do Campo como prioridade nos municípios; - Insuficiência das Creches para atendimento das crianças; - Inexistência, insuficiência e precariedade de equipamentos públicos para atendimento à população do território, tais como bibliotecas, salas de multimeios, laboratórios de ciência e informática, espaços culturais, refeitórios, escolas do campo e transporte escolar. - Não implantação dos Sistemas municipais de Cultura; - Proposta para construção do Centro Cultural do Território priorizada em todos os PPA's e também no PTDRS não foi concretizado; - Falta de organizações específicas da cultura para fortalecer a implantação de projetos para além do poder público municipal e estadual; - Investimentos da cultura concentrados em eventos como São João; - Comunidades Quilombolas pauperizadas necessitando de projetos estruturantes; - Ampliação da oferta de serviços no Centro de Referência da mulher; - Aumento nos índices de violência no Território; 	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas como CAPES auxiliaram a discussão da saúde mental no Território; - Avanço da discussão de Educação do Campo como um eixo de estruturação dos sujeitos do/no Campo garantindo-lhes processos educativos que valorize as realidades, demandas e contextos destes sujeitos e espaços. - Ações de educação do campo já implementadas ou em curso: Implementação da disciplina de Educação do Campo nos cursos de Formação, Curso de Bacharelado em Agroecologia em curso, Formação continuada dos educadores, início da construção do centro de pesquisa em educação do campo (2017); - Existência e avanços nas políticas públicas educacionais como PNDE, FNDE, Caminho da Escola, Brasil Alfabetizado, Regulamentação do Piso Nacional dos Professores de ensino médio; - Melhoria dos indicadores do IDEB nos municípios do território; - Existência de Centro de Referência da Mulher localizado no município de Irecê; - Capacitação de Gênero realizadas no âmbito de projetos e programas; - Campanha de combate à violência contra a Mulher, que ocorreram no Território nos últimos anos; - Projeto de Ater Mulheres e maior cota para mulheres nos demais projetos de ATER; - Capacitação das Trabalhadoras Rurais em Gênero; - Consolidação do GT Mulheres (Câmara Técnica no âmbito do Colegiado); - A diversidade cultural do território; - Fortalecimento da Cultura; - Capacitação de agentes culturais;
---	---

<ul style="list-style-type: none"> - Falta de saneamento e unidades sanitárias nas áreas rurais do Território; - Aumento da população em situação insegurança alimentar; - Programa Nacional de Alimentação Escolar não ocorre de forma efetiva com relação à compra da agricultura familiar; - Predominância do consumo de produtos agrícolas contaminados por agroquímicos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação de lideranças em Comunidades Quilombolas Reconhecidas e não- Reconhecidas; - Ater Quilombola e Ater específica para Assentados e Acampado Reforma Agrária; - Projeto de Cisternas de Produção e Consumo para os Assentados; - Editais com reserva de projetos para Quilombolas; - Atendimento nos CRAS dos municípios para famílias em situação de vulnerabilidades; - Aumento da oferta de habitação de interesse social nos municípios do Território; - Construção do Presídio na cidade de Irecê; - Funcionamento do Conselho de Segurança Pública;
---	---

1.2.4 Dimensão Político-Institucional

A dimensão está relacionada aos seguintes temas: institucionalidades públicas, governo local, conselhos municipais, conselhos territoriais e regionais, associativismo e cooperativismo, participação social e comunicação.

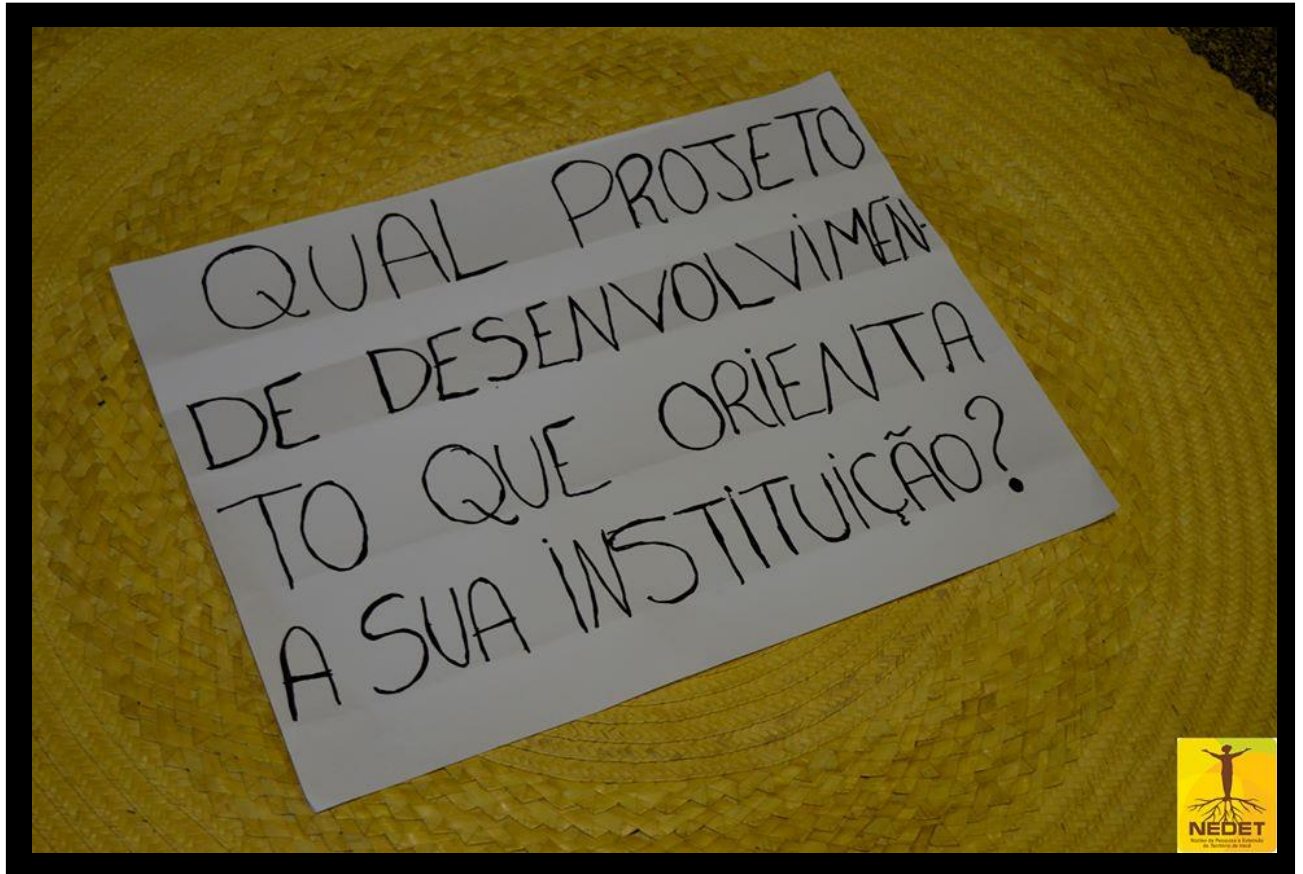
Quadro 04 - Desafios e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Baixo índice de articulação entre os níveis federal, estadual e municipais, na gestão das políticas públicas; - Baixa participação dos prefeitos e outros gestores públicos municipais no Colegiado Territorial; - Insuficiente empoderamento da sociedade civil para participar da gestão social dos projetos e ações no território; - Insuficiente articulação de políticas públicas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionamento e fortalecimento das instâncias do Colegiado Territorial, incluindo a estruturação dos GT's de Mulheres, GT de Juventude, GT de Quilombolas, entre outros; - Elevado número de Associações no Território; - Atuação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações Comunitárias; - Existência de cooperativas no Território; - Maior circulação de informações sobre as

<ul style="list-style-type: none"> - Participação dos atores sociais com mais efetividade quando as atividades coletivas são para recursos e editais; - Sistema associativo para o setor de artesanato necessita de incentivo; - Escopo das políticas e recursos não atingem a maioria da população; - Baixa criticidade dos profissionais e veículos de comunicação que atuam no Território, com forte domínio de grupos políticos e reprodução de informação da mídia convencional. 	<p>políticas públicas no Território;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rádio Comunitária existente: XX, João Dourado, Ibititá, P. Dutra, Irecê.
---	---

Capítulo 2

Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas



2.1 Breve descrição sobre os Eixos de Desenvolvimento

Para a qualificação do PTDRSS foram elencados os seguintes eixos: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva e gestão de recursos hídricos; Governança Fundiária e Acesso à Terra; Formação Cidadã e Organização Social e; Infraestrutura e Serviços Públicos. Em cada eixo foram formulados objetivos estratégicos para que a matriz de ações pensadas no âmbito do colegiado fosse desenvolvida e aprovada pelo coletivo.

O Eixo 1 Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva e gestão de recursos hídricos aglutina um conjunto de objetivos estratégicos na perspectiva de assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, com produção, acesso a mercados, ampliação da renda, da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis da população do Território, além de fortalecer as cadeias produtivas prioritárias, com acesso à água para uso humano e produção.

O Eixo 2 Governança Fundiária e Acesso à Terra visa promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais e, nesse sentido, as estratégias e metas propostas tratam desse tema estruturante para o desenvolvimento do Território e que é essencial para o fortalecimento da agricultura familiar.

O Eixo 3 Formação Cidadã e Organização Social foi articulado numa perspectiva de promover a gestão e a participação social na implantação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas. Este eixo está relacionado ao desenvolvimento das capacidades e competências humanas e institucionais em diversas áreas, incluindo a gestão social.

Por fim, o Eixo 4 Infraestrutura e Serviços Públicos aglutina objetivos, estratégias e metas relacionadas ao acesso da população a políticas públicas, envolvendo temas do desenvolvimento como saúde, segurança pública e infraestrutura para garantir a melhoria da qualidade de vida no Território.

Em todos os quatro eixos a promoção do etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural está vinculada ao tema central e possui estratégias e metas específicas para garantir resultados para este público.

Nesse sentido, apresentados o quadro abaixo com os Eixos e seus respectivos objetivos estratégicos:

Quadro 05 – Objetivos do PTDRSS por Eixos de Planejamento

Eixos	Objetivos Estratégicos
Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva e gestão de recursos hídricos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, com produção, acesso a mercados, ampliação da renda, da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. (PNDRS). 2. Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar. (PPA). 3. Garantir a democratização do acesso à água para uso humano e produtivo de forma racional. (PTDRS); 4. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude através da organização produtiva e econômica. (PNDRS).
Governança Fundiária e Acesso à Terra	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais. (PNDRS). 2. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à terra (PNDRS).
Formação Cidadã e Organização Social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a gestão e a participação social na implantação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas. (PNDRS). 2. Ampliar e melhorar as capacidades e competências humanas e institucionais do território para promover desenvolvimento sustentável e solidário. (Sugestão da consultoria); 3. Consolidar uma Educação do Campo inclusiva com a participação dos sujeitos do campo do/no Território (PTDRS). 4. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania. (PNDRS).
Infraestrutura e Serviços Públicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, por meio da participação social, integração de ações institucionais e articulação Inter federativa. (PNDRS); 2. Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária. (Sugestão); 3. Reduzir a violência e a criminalidade na cidade e no campo. (Sugestão); 4. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos. (PNDRS).

Abaixo, disponibilizamos a matriz de objetivos, estratégias e metas produzidas pelo coletivo do Território e validadas durante as oficinas de construção do PTDRSS.

2.2 Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas

2.2.1 Eixo Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva e gestão de recursos hídricos

OBJETIVO 1	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, com produção, acesso a mercados, ampliação da renda, da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis.	1.1 Contribuir com a recuperação, preservação e a utilização do bioma caatinga de forma sustentável (PTDRS).	1.1.1 Propor a oferta de 20 Cursos de formação por ano com o tema recuperação de áreas degradadas (24 meses);
		1.1.2 Articular a criação de unidades de preservação em todos os 20 municípios do território (36 meses);
	1.2 Reconhecimento legal do Bioma caatinga em âmbito municipal e estadual (II Oficina).	1.2.1 Propor a realização de um estudo atualizado e contextualizado sobre o Bioma Caatinga, fomentando a pesquisa para inserção dos educandos da rede estadual e federal em todos os níveis, a exemplo do CETEP, IFBA e UNEB (24 meses);
		1.2.2 Mobilização da sociedade civil, através de ato público, com poder público e entidades de ensino e pesquisa para elaboração de documento ao Ministério Público e Ministério do Meio Ambiente para pressionar sobre a aplicação do código florestal (36 meses);
	1.3 Ampliar os bancos de sementes no Território, com inserção de sementes nativas da caatinga e articulação em redes (II Oficina).	1.3.1 Fomentar a criação de 1 (um) banco genético no Território para garantir a preservação das sementes crioulas (24 meses);
		1.3.2 Fortalecer os bancos de sementes crioulas que já existem (mapeamento) e implantar novos bancos nos municípios que não possuem, garantindo a assistência técnica permanente (36 meses);
		1.3.3 Criar um núcleo de gestão no âmbito do Colegiado Territorial para garantir a articulação em rede dos bancos de semente do território (12 meses);
	1.4 Garantir a criação e	1.4.1 Garantir assistência técnica especializada que permita a criação e fortalecimento das feiras agroecológicas nos 20 municípios do Território (36 meses);

	fortalecer as feiras agroecológicas em todos os municípios do Território (II Oficina).	1.4.3 Estruturar e padronizar as feiras agroecológicas nos 20 municípios do Território (24 meses);
		1.4.4 Articular a realização de Cursos de capacitação em gestão administrativa e contábil e também na gestão de produtos alimentícios para agricultores e agricultoras familiares que participam de feiras agroecológicas no Território (12 meses);
	1.5 Criação de viveiros de mudas no Território (II Oficina).	1.5.1 Criar e fortalecer viveiros nos 20 municípios do Território vinculado ao plano paisagístico municipal e territorial (36 meses);
		1.5.2 Realização de Seminários municipais para elaboração dos planos paisagísticos e educação ambiental no Território, com participação de instituições de ensino médio e superior (36 meses);
	1.6 Ações educativas para o enfrentamento ao uso indiscriminado de agrotóxico no Território (II Oficina).	1.6.1 Propor a realização de 20 Cursos de sensibilização sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos em cada município do território para os produtores, aplicadores e trabalhadores (36 meses);
		1.6.2 Articular a produção de 01 documentário sobre a realidade dos agrotóxicos no Território (24 meses);
		1.6.3 Campanha educativa anual (nível territorial) para a redução do uso dos agrotóxicos no Território e estímulo ao consumo de alimentos livres de agroquímicos (12 meses);
		1.6.4 Realização de Campanha anual específica para a destinação de embalagens dos agrotóxicos do Território (12 meses);
	1.7 Incentivar ações de inovação tecnológica para o fortalecimento da agricultura familiar (II Oficina).	1.7.1 Criação de 01 Centro de Pesquisa e Validação de Tecnologias sociais no Território (48 meses);
		1.7.2 Realizar 1 Seminário Territorial anual sobre tecnologias de Convivência com o Semiárido, para troca de saberes e experiências no Território (12 meses);
	1.8 Fomentar a criação de fundos rotativos e solidários	1.8.1 Capacitação em Planejamento e Gestão de Associações e Cooperativas nos 20 municípios do Território (24 meses);

	para organizações comunitárias da agricultura familiar e agroecologia (II Oficina).	1.8.2 Capacitação sobre criação de fundo rotativo nos 20 municípios do Território com participação das associações e cooperativas (24 meses);
	1.9 Garantir Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER) de qualidade e continuada na perspectiva agroecológica para os agricultores e agricultoras familiares (II Oficina).	1.9.1 Pressionar a Bahiater, através de realização de audiência pública no Território, com documento e manifesto do povo, para que esta possa se tornar executora de ATER Direta no Território e ampliar os editais e escopo do atendimento para ATER específica (prazo de 6 meses); 1.9.2 Realização de Formação continuada para os técnicos de Ater do Território (12 meses);
	1.10 Garantir certificação para os produtos orgânicos e agroecológicos.	1.10.1 Ampliar o núcleo Raízes do Sertão de Certificação Participativa, vinculado à Rede Agroecológica Povos da Mata Atlântica (24 meses); 1.10.2 Realização de 01 Seminário anual de sensibilização para Divulgação da Produção Orgânica/agroecológica no Território (12 meses);
	1.11 Financiamento para a produção nas UPF's do Território, considerando suas especificidades (II Oficina).	1.11.1 Realizar 01 mapeamento para identificação das UPF's com características agroecológicas para elaboração de projetos específicos (12 meses); 1.11.2 Capacitar técnicos de ATER para elaborar projetos de fomento à produção agroecológica junto aos bancos (12 meses);
	1.12 Ampliar e fortalecer os espaços de comercialização da agricultura familiar no território com fomento ao acesso a mercados institucionais, locais, territoriais e outros (II Oficina).	1.11.3 Realizar 20 cursos anuais em acesso a mercado para os agricultores familiares (24 meses); 1.12.2 Formar e estruturar uma rede de cooperação para comercialização dos produtos da agricultura familiar no Território (24 meses); 1.12.3 Implantar 01 Armazém da agricultura familiar no Território de Irecê (24 meses);
	1.13 Ampliação das infraestruturas de beneficiamento e agregação de valor da produção da agricultura familiar (II Oficina).	1.13.1 Mapear e identificar as agroindústrias (casas de farinhas, unidades de beneficiamento de leite, etc.) para fortalecimento dos empreendimentos para produção e beneficiamento dos produtos da agricultura familiar (12 meses); 1.13.2 Construir 40 novas agroindústrias (02 por município) nas cadeias produtivas potenciais do município (36 meses);

	1.14 Criação da rota turística da Chapada Velha (PPA-P 2016-2019).	1.14.1 Realizar o mapeamento dos potenciais Turísticos da Chapada Velha (36 meses);
	1.15 Revitalização e Perenização das nascentes dos rios Verde e Jacaré e revitalização do rio São Francisco com recuperação de suas nascentes e Matas ciliares (PTDRS).	1.15.1 Articular junto aos órgãos competentes a finalização do Plano de Bacias e realizar eventos para divulgação do seu conteúdo e compromisso dos municípios (12 meses);
		1.15.2 Construir os Planos diretores dos municípios de forma sustentável com tratamento das águas superficiais antes de devolver aos rios (36 meses);
	1.16 Reflorestamento do Bioma Caatinga através de programas e projetos de incentivo (crédito carbono) (PPA-P 2016-2019);	1.16.1 Realizar um estudo para quantificação da produção de biomassa por hectare do bioma caatinga para se ter noções do valor a ser adotado (36 meses);
OBJETIVO 2	ESTRATÉGIAS	METAS
2. Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar.	2.1 Fortalecimento da cadeia produtiva da Caprinovinocultura de corte e de leite com investimentos em infraestrutura de produção, beneficiamento e comercialização (II Oficina);	2.1.1 Promover 10 capacitações nos municípios potenciais para o consórcio da caprinovinocultura com uma ou mais culturas (12 meses);
		2.1.2 Realizar ações de articulação entre associações produtoras e o Complexo Agroindustrial da caprinovinocultura de Jussara para estruturação da cadeia produtiva (abatedouro, frigorífico/curtume/comercialização) 12 meses;
		2.1.3 Mapear as unidades de resfriamento de leite existentes no Território e promover reuniões para articular as associações para distribuição de leite de caprinos no complexo de Jussara (12 meses);
		2.1.4 Aquisição de transporte de médio porte (carroceria) para as associações para auxiliar no transporte de animais das associações para o abatedouro de Jussara e para feiras locais (36 meses).
	2.2 Fortalecimento da cadeia produtiva da bovinocultura de	2.2.1 Realizar capacitações e dias de campo nos municípios potenciais da cadeia para aprimorar o rebanho (12 meses);

	leite com investimentos em infraestrutura de produção, beneficiamento e comercialização (II Oficina);	2.2.2 Canalizar a distribuição do leite (a partir das unidades de resfriamento) para usinas certificadas (24 meses);
		2.2.3 Campanha educativa para consumo do leite produzido e beneficiado no Território, incentivando o mercado local e institucional (24 meses);
	2.3 Fortalecimento da cadeia produtiva da avicultura “caipira” com investimentos em infraestrutura de produção, beneficiamento e comercialização (II Oficina);	2.3.1 Cursos de capacitação nos municípios para as associações e cooperativas potenciais na produção de aves caipiras, para melhoramento no plantel (24 meses);
		2.3.2 Organizar o credenciamento de um abatedouro no Território (12 meses);
		2.3.3 Organizar a rede de comercialização de ovos caipira no Território (36 meses);
	2.4 Fortalecimento da cadeia produtiva da mandiocultura com investimentos em infraestrutura de produção, beneficiamento e comercialização (II Oficina);	2.4.1 Realizar mapeamento das unidades produtivas (casas de farinha) e fortalecer a gestão nas associações ligadas aos empreendimentos (24 meses);
		2.4.2 Apoiar as 03 unidades de processamento de mandioca a serem construídas pelo Bahia Produtiva no municípios de Itaguaçu da Bahia (Barreiros, Cajueiro e Lages), como polo de distribuição do produto no Território e também no processo produtivo (24 meses);
		2.4.3 Promover cursos de capacitação em municípios potenciais para a produção irrigada e o manejo adequado da mandioca (24 meses);
	2.5 Fortalecimento da cadeia produtiva da apicultura e meliponicultura com investimentos em infraestrutura de produção, beneficiamento e comercialização (II Oficina);	2.5.1 Assistência técnica continuada - capacitação - acompanhamentos - desenvolvimento das associações e cooperativas e seus produtores/produtoras na cadeia (12 meses);
		2.5.2 Apoiar as 06 casa do mel (em construção) para beneficiar e agregar valor ao produto (São Gabriel, América Dourada, Central, Xique-Xique, Mulungu e Lapão) e adquirir 01 Entrepasto do Mel do Território (36 meses);
		2.5.3 Realização de uma Pesquisa sobre o consumo do mel na alimentação escolar para formalização de convênios (24 meses);
	2.6 Fortalecimento da cadeia	2.6.1 Fortalecimento da esmagadora de óleo de mamona no Território (36 meses);

	produtiva do cultivo de oleaginosas com investimentos em infraestrutura de produção e comercialização (II Oficina);	2.6.2 Assistência Técnica voltada a produção de mamona no Território (36 meses);
	2.7 Fortalecimento da cadeia produtiva da piscicultura com investimentos em infraestrutura de produção, beneficiamento e comercialização (II Oficina);	2.7.1 Construção de 01 unidade produtiva para beneficiamento dos produtos do pescado na cidade de Xique-Xique e implantação de logística de transporte do pescado (36 meses);
		2.7.2 Construção e implantação de uma Unidade de produção de gelo no município de Xique-Xique para o beneficiamento do pescado; (36 meses)
		2.7.3 Assistência Técnica continuada para pescadores e pescadoras dos municípios potenciais (36 meses);
	2.8 Fortalecimento das cadeias produtiva da olericultura, horticultura e fruticultura com investimentos em infraestrutura de produção, beneficiamento e comercialização (II Oficina);	2.8.1 Construção de galpões e equipamentos para lavagem de oleícolas no Território, para associações de agricultores familiares, permitindo a seleção dos produtos com sobra para a associação (24 meses);
		2.8.2 Aquisição de transporte para associações e cooperativas da agricultura familiar em municípios potenciais para a comercialização de oleícolas, fruticultura e horticultura (36 meses);
		2.8.3 Implantação de unidades de processamento de polpas e doces de frutas do semiárido para associações com potencial produtivo e organizativo e incentivo as 18 cozinhas comunitárias já existentes no Território que processam frutas (12 meses);
	2.9 Fortalecimento da cadeia produtiva da cafeicultura com investimentos em infraestrutura de produção (II Oficina);	2.9.1 Incentivo à produção de café nos municípios potenciais, com financiamento da produção (24 meses);
	2.10 Fortalecimento da cadeia do sisal com investimentos em produção (II Oficina).	2.10.1 Incentivo à produção de sisal nos municípios potenciais, com financiamento da produção (24 meses);
	2.12 Garantir Assistência Técnica (UPF) agroecológica gratuita continuada para o ciclo das cadeias produtivas (II CEATER);	2.12.1 Mapear os grupos de agricultores em processo produtivo e as respectivas cadeias potenciais para a oferta de Assistência Técnica especializada (36 meses);
		2.12.2 Ofertar Assistência técnica com foco na agroecologia para as cadeias produtivas potenciais do Território e nos grupos de agricultores em processo produtivo (36 meses);

OBJETIVO 3	ESTRATÉGIAS	METAS
3. Garantir a democratização do acesso à água para uso humano e produtivo de forma racional.	3.1 Garantir o acesso à água para produção via tecnologias sociais (II Oficina).	3.1.1 Universalizar a construção de cisternas de produção dos 20 municípios do Território (24 meses);
		3.1.2 Construir 50 barreiros trincheiras em Xique-Xique, Ipupiara, Cafarnaum, Itaguaçu da Bahia, Gentio do Ouro e Mulungu do Morro (36 meses);
		3.1.3 Fazer manutenção nos barreiros trincheiras já existente no Território (12 meses);
		3.1.4 Disponibilizar 2.500 kits de irrigação para quintais produtivos e mandalas produtivas (36 meses);
		3.1.5 Garantir, ampliar e fiscalizar os Programas PAA Misto, PAA Conab, PNAE, PGAP, Água para Todos, P1MC, P1+2, PAE Bahia, garantindo a perfuração e instalação de Poços tubulares para associações comunitárias e de agricultores familiares para produção agroecológica, criando e fortalecendo dos bancos de germoplasma, casas e campos de sementes crioulas e florestais, com proibição de cultivo de sementes transgênicas nas áreas limitantes, atendendo também as propriedades agroecológicas (36 meses);
	3.2 Promover reuso da água no Território (II Oficina).	3.2.1 Disponibilizar fossas sépticas ecológicas nos programas de habitação e nas residências rurais do Território (36 meses);
		3.2.2 Disponibilizar recursos para os municípios construírem os planos de saneamento básico (36 meses);
		3.2.3 Promover 01 Campanha educativa anual de sensibilização para o reuso da água (36 meses);;
	3.3 Desburocratização da outorga d'água para a agricultura familiar (II Oficina).	3.3.1 Promover 01 audiência pública para pressionar a redução de taxas de outorgas de água para agricultores familiares (12 meses);
		3.3.2 Implantar 01 unidade regional do INEMA no Território com corpo técnico adequado, que deem conta da desburocratização da outorga de água (12 meses);
		3.3.3 Realizar articulação com as Secretarias Municipais de Agricultura e SDR para prestar consultoria aos pedidos de outorga dos agricultores familiares do Território (36 meses);

	3.4 Revitalização dos Rios São Francisco, Verde, Jacaré e Tijuco (II Oficina).	3.4.1 Implantar projeto para recuperação de nascentes nos 20 municípios do Território de Irecê (60 meses);
		3.4.2 Implantar projeto para recuperação de matas ciliares nos Rios Verde e Rio Jacaré (60 meses);
		3.4.3 Implantar projeto para desassorear os Rios Verde e Jacaré (36 meses);
	3.5 Garantir acesso a água para consumo humano no Território (II Oficina).	3.5.1 Universalizar oferta de cisternas de consumo nos 20 municípios do T. de Irecê (48 meses);
		3.5.2 Ofertar formação técnica nos Centros Técnicos de Educação Profissional (Irecê, X. Xique, Canarana) para socializar tecnologias de armazenamento de água da chuva com 3 vagas para cada município (24 meses);
		3.5.3 Implantação de uma Adutora para captação e a construção da estação de tratamento de água em Xique-Xique e ampliação da rede de atendimento em Ibipeba através do programa Água para Todos (PPA-P 2016-2019) (24 meses)
	3.6 Captação racional de águas de subsolo (II Oficina).	3.6.1 Realizar 01 Cadastramento adequado das empresas que perfuram poços no território de Irecê no sistema do INEMA (12 meses);
		3.6.2 Mapear e cadastrar todos os poços perfurados no Território de Irecê da agricultura patronal e familiar (60 meses);
		3.6.3 Realizar 01 Estudo para identificar a distância mínima na perfuração de poços para auxiliar no enquadramento (36 meses);
	3.7 Fiscalização do uso da água para produção (II Oficina).	3.7.1 Realização de fiscalização permanente com corpo técnico do INEMA Irecê, especialistas em Gestão de Águas (72 meses);
		3.7.2 Pleitear uma unidade do IBAMA para a cidade de Xique-Xique (12 meses);
		3.7.3 Projeto de custeio anual de ações para o suporte ao CBHVJ no intuito de que este possa realizar com efetividade o monitoramento do uso da água (72 meses);

OBJETIVO 4	ESTRATÉGIAS	METAS
4. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude através da organização produtiva e econômica.	4.1 Garantir e ampliar o fortalecimento do ATER Mulheres.	4.1.1 Realizar assistência técnica direta e continuada para os grupos de mulheres dos 20 municípios do território e garantir o fomento (24 meses);
		4.1.2 Capacitação em planejamento e gestão dos grupos e empreendimento dos 20 municípios do território (24 meses);
		4.1.3 Realizar audiência pública para desburocratização do financiamento do PRONAF Mulher, sem alteração na DAP contemplando as três classificações, para atividades agrícolas e não agrícolas pautadas nos princípios agroecológicos (II CEATER) (12 meses);
		4.1.4 Articular implantação de Projeto de Agricultura e Horticultura ecológica com foco em grupos de mulheres e comunidades tradicionais (PPA-P 2016-2019) (24 meses);
		4.1.5 Realização de 01 Seminário territorial para mulheres trabalhadoras das irrigações, para informação e sensibilização dos perigos dos agrotóxicos (12 meses);
	4.2 Ampliar e fortalecer a política de Juventude de modo a garantir ações específicas aos jovens do campo, assegurando a transição geracional na agricultura familiar,	4.2.1 Realizar cursos de formação nos 20 municípios do território para identificar a vocação dos jovens (36 meses);
		4.2.2 Garantir assistência técnica direta e continuada para os grupos de jovens dos 20 municípios do território, tanto no campo como na cidade estimulando a participação dos Jovens nas Instituições e entidades rurais, gerando renda via projetos produtivos da agricultura familiar e acesso ao crédito PRONAF Jovem (II CEATER) (36 meses);
		4.2.3 Realizar 1 Encontro anual de Jovens para construir pautas conjuntas e trocar as experiências dos grupos de jovens existentes no Território (24 meses);
	4.3 Garantir e ampliar ATER	4.3.1 Realizar Ater direta para todas as comunidades quilombolas do Território (60 meses);

	específica para povos e comunidades tradicionais com fomento para todas as comunidades, reconhecidas pela FCP e auto reconhecidas (II CEATER);	4.3.2 Realização de 01 Capacitação em planejamento e gestão dos grupos e empreendimentos dos 20 municípios do Território (24 meses);
		4.3.3 Realização de 01 Seminário Territorial para articular todas as comunidades quilombolas para construção de pautas específicas e troca de experiências (12 meses);
	4.4 Fortalecer a participação da juventude na agricultura familiar (II Oficina);	4.4.1 Curso de formação em Agroecologia para jovens (24 meses);
	4.5 Fortalecer e Desburocratizar o PRONAF Jovem garantindo o acesso a DAP por outras fontes, que não sejam apenas com a documentação dos pais; (II CEATER).	4.5.1 Debater financiamento para projetos produtivos de jovens do campo, com projeto técnico e de acordo sua vocação com utilização da DAP familiar (desvinculando a dívida ao titular) (24 meses);

2.1.2 Eixo Estrutura Fundiária e Acesso à Terra

OBJETIVO 1	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais.	1.1 Desapropriar terras para fins de reforma agrária (II Oficina).	1.1.1 Mediar junto ao INCRA a garantia das terras para as famílias de comunidade tradicionais que atualmente resistem e exigem suas terras de volta no Baixo de Irecê (12 meses);
		1.1.2 Mapear e Identificar áreas suscetíveis à reforma agrária no território e agilizar a desapropriação em áreas já acampadas (até 36 meses);
		1.1.3 Pleitear junto a CODEVASF a utilização do Projeto de Irrigação Baixo de Irecê para fins da reforma agrária com vistas à produção agroecológica (24 meses);
	1.2 Adquirir terras pelo Programa Nacional de Crédito	1.2.1 Propor aos órgãos competentes (INCRA/CDA) a identificação de áreas suscetíveis ao crédito fundiário e a reforma agrária (24 meses);

	Fundiário para assentamento de famílias, de forma complementar a reforma agrária (II Oficina).	1.2.2 Regularizar as terras para as famílias atendidas pelo crédito fundiário (INCRA) (36 meses);
		1.2.3 Regularizar as terras das comunidades quilombolas, fundo e fecho de pasto, incluindo as terras da área do Baixo de Irecê (36 meses);
	1.3 Acelerar as ações para regularização fundiária nos municípios do Território (PPA-P 2016-2019);	1.3.1 Propor aos órgãos competentes a regularização de todas as UPF's do território aproximadamente 44 mil no prazo de 36 meses;
		1.3.2 Articular com Estado a contratação de Organizações da Sociedade Civil organizadas e Instituições Públicas para regularização fundiária, UPF's, Comunidades tradicionais e reforma agrária (36 meses);
		1.3.3 Articular órgãos competentes e instituições da sociedade civil e poder público do Território para a execução do CEFIR nas UPF's do Território (24 meses);
	1.4 Melhorar a infraestrutura social dos assentamentos de reforma agrária e do crédito fundiário (II Oficina).	1.4.1 Articular com o INCRA e instituições que prestam assessoria aos assentamentos do Território a atualização das RBs (Relação de Beneficiários) da reforma agrária (12 meses);
		1.4.2 Articular através de Assistência Técnica especializada o acesso a crédito e renegociação de dívidas para assentados da reforma agrária nos municípios onde estão situados os assentamentos do Território (12 meses);
		1.4.3 Propor junto aos órgãos o acesso a bens e serviços como energia, unidades de saúde, transporte, reformas das unidades educacionais e habitacionais dos assentamentos do Território (24 meses);
	1.5 Garantir ATES para os Assentamentos do Território de Irecê (II Oficina).	1.5.1 Articular a oferta de ATES de base agroecológica, gratuita e de qualidade e permanente para todas as famílias assentadas no território (48 meses);
		1.5.2 Propor junto aos órgãos o acesso à infraestrutura produtiva como estradas, unidades de beneficiamento, comercialização e acesso aos mercados institucionais - PAA e PNAE e feiras livres agroecológicas (36 meses);
		1.5.3 Organizar no âmbito do Colegiado Territorial, com a participação das instituições e empresas que prestam assessoria aos assentamentos o Banco de dados e informações sobre a situação de todos os assentamentos do Território; (24 meses)

	1.6 Garantir tecnologias de acesso à água nos assentamentos do Território (II Oficina).	1.6.1 Propor a oferta de tecnologias sociais (Cisterna de consumo e de produção, poços artesianos e sistema de distribuição de água dos rios, com Kit's de irrigação) (36 meses);
OBJETIVO 2	ESTRATÉGIAS	METAS
2. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à terra.	2.1 Fortalecer a participação da juventude nos assentamentos do Território.	2.1.1 Mobilizar e realizar eventos para sensibilização da juventude dos Acampamentos e assentamentos sobre identidade, que possibilitem a conquista de documentos que assegurem os lotes (24 meses).
		2.1.2 Promover formação dos/as jovens acampados e assentados/as, (Identidade, política agrária/agrícola, dentre outros aspectos) (24 meses);
		2.1.3 Propor aos órgãos que até 20% das cotas dos lotes nas novas áreas de reforma agrária (e residências abandonadas) sejam destinadas ao assentamento de jovens (36 meses);
		2.1.4 Propor o financiamento e assistência técnica continuada aos jovens assentados do Território de Irecê (60 meses).
	2.1 Assegurar que cotas dos lotes nas novas áreas de reforma agrária sejam destinadas ao assentamento de mulheres rurais (consultoria).	2.1.1 Articular a realização de 01 mutirão anual por assentamento do Território para mobilizar todas as mulheres acampadas e assentadas com vistas ao fortalecimento da participação das mulheres nestes espaços (36 meses);
		2.1.2 Promover curso de formação para as mulheres acampadas e assentadas, sobre Identidade, gênero, política agrícola/agrícola, dentre outros aspectos (24 meses);
		2.1.3 Assegurar que 30% dos lotes nas novas áreas de reforma agrária sejam destinadas ao assentamento de mulheres rurais (24 meses).
		2.1.4 Propor o financiamento e assistência técnica continuada às mulheres dos assentamentos do Território através de chamadas de ATES específicas (24 meses);

	2.3 Realizar a demarcação e titulação das Terras Quilombolas do Território e das comunidades de fundo e fecho de pasto. (PPA-P 2016-2019);	2.3.1 Realizar 01 mapeamento e audiência pública para pressionar e acelerar a demarcação das terras das comunidades quilombolas, fundo e fecho de pasto (24 meses); 2.3.2 Solicitar aos órgãos competentes a publicação dos relatórios técnicos de demarcação das comunidades já acompanhadas pelo referido processo de demarcação;
2.1.3 Eixo Formação Cidadã e Organização Social		
OBJETIVO 1	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Promover a gestão e a participação social na implantação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas.	1.1 Consolidar a participação da sociedade civil e a integração Inter setorial e intermunicipal na gestão de políticas públicas no território (II Oficina).	1.1.1 Sensibilizar e mobilizar sociedade civil e poder público, incluindo jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais, através de atividades de formação sobre a importância da participação nas ações de controle social dos conselhos municipais (48 meses);
		1.1.2 Articular nos municípios do Território a construção da agenda de Reuniões de todos os conselhos, garantindo a socialização das informações e participação dos interessados/as (12 meses);
		1.1.3 Estimular a organização de Grupos de trabalho que possam no âmbito dos municípios realizarem o debate sobre temas importantes ao desenvolvimento Territorial, seguindo a metodologia dos GT's existentes (12 meses);
	1.2 Financiamento e apoio aos instrumentos de controle social como Colegiados Territoriais, CMDS e outros conselhos (PPA-P 2016-2019).	1.2.1 Realização de seminários sobre formalização dos Conselhos com a Criação de Razão Social - CNPJ dos Conselhos (24 meses);
		1.2.2 Mediar junto às prefeituras a criação de fundo para custear despesas diversas dos conselhos municipais (24 meses);
		1.2.3 Mediar junto às entidades que participam do Colegiado Territorial a criação de um fundo (porcentagem de contribuição de acordo com a instituição) para custear ações de interesse do coletivo (12 meses);
OBJETIVO 2	ESTRATÉGIAS	METAS
2. Ampliar e melhorar as capacidades e	2.1 Ações formativas de processos educativos (Ensino	2.1.1 Propor às instituições de ensino do Território a realização de cursos de capacitação para professores sobre temáticas específicas como: alimentação saudável, segurança alimentar e

competências humanas e institucionais do território para promover desenvolvimento sustentável e solidário.	Fundamental e Médio), relacionado à alimentação saudável, segurança alimentar e ao meio ambiente (II Oficina).	nutricional e meio ambiente (24 meses);
		2.1.2 Articular reuniões interinstitucionais (Secretarias de Educação, Saúde, STTR, Associações e Conselhos de segurança alimentar e nutricional) nos municípios, para pactuar a oferta de alimentação escolar saudável produzida preferencialmente pela AF de base agroecológica (36 meses);
		2.1.3 Estimular a realização de campanhas educativas em âmbito municipal e territorial para conscientização da comunidade escolar e geral sobre alimentação saudável, segurança alimentar e nutricional e meio ambiente (12 meses);
		2.1.4 Sugerir a inclusão no currículo de disciplinas que aborde os temas da alimentação saudável, segurança alimentar e nutricional e meio ambiente nas escolas do Território (36 meses);
	2.2 Formação técnica continuada em agroecologia para agricultores e agricultoras familiares e corpo técnico do Território (II Oficina).	2.2.1 Fomentar as instituições de ensino do Território a Formação Inicial e continuada focada na Agricultura Familiar de base agroecológica (36 meses);
		2.2.2 Estimular as parcerias com organizações que disponha de recursos para fins sociais a realizarem projetos de formação dos agricultores e agricultoras do Território (36 meses);
		2.2.3 Propor formação continuada de base agroecológica para corpo técnico de ATER e ATES que atenda o Território (36 meses);
	2.3 Captar recursos para pesquisa e extensão nas universidades públicas do Território (PPA-P 2016-2019);	2.3.1 Pleitear a publicação de editais anuais para assegurar a pesquisa e extensão nas Universidades pública e Institutos Federais do Território (12 meses);
		2.3.2 Buscar parcerias com ONG/OCIP e Empresas que apoiem financeiramente as pesquisas e a extensão no Território (36 meses);
		2.3.3 Pleitear a instalação de um centro de Pesquisa Agroecológica com Laboratórios no Território de Irecê (36 meses);
		2.3.4 Fomentar o apoio a pesquisa em agroecologia nas Universidades Públicas e Institutos Federais (36 meses);
	2.5 Fortalecer as Instituições Públicas de Ensino Superior para promoção do	2.5.1 Articular a ampliação e fortalecimento das estruturas físicas dos Campi (UNEB Campus XVI e XXIV), IFBA em Irecê e IFBaiano em Xique-Xique (12 meses);

	Desenvolvimento Territorial	2.5.2 Articular a criação de novos cursos nas Universidades Públicas e Institutos Federais e nos Centros de Educação Profissional com base nos pleitos do Território (18 meses);
		2.5.3 Articular a criação de cursos de pós-graduação nos respectivos campi com vistas ao desenvolvimento local sustentável e solidário (24 meses);
	2.6 Promover a diversidade junto aos profissionais da Educação.	2.6.1 Buscar parcerias junto as Universidades Públicas para capacitar os/as profissionais da educação do Território nas diversidades sobre os temas da educação afro-brasileira, sexualidade, identidade e igualdade de gênero, respeito às religiosidades e a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência (24 meses);
		2.6.2 Estimular a promoção de Fóruns, Seminários e eventos voltados para a formação e conscientização sobre o respeito à diversidade (60 meses);
OBJETIVO 3	ESTRATÉGIAS	METAS
3. Consolidar uma Educação do Campo inclusiva com a participação dos sujeitos do campo do/no Território.	3.1 Implantar e fortalecer o Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial.	3.1.1 Articular as instituições para garantir a construção do Centro de Educação do Campo (6 meses);
		3.1.2 Mediar junto a Reitoria a construção e estruturação para a imediata implantação do Centro de Educação do Campo (6 meses);
		3.1.3 Propor a UNEB oferta de cursos de graduação e pós-graduação em Educação do Campo (36 meses);
	3.2 Melhorar a estrutura de ensino das escolas do campo.	3.3.1 Estimular a elaboração de projetos de curso em diálogo com os sujeitos do campo (36 meses);
		3.3.2 Propor parcerias com os municípios para formação em Educação do campo da rede de professores que atuam no campo (36 meses);
		3.3.3 Propor a elaboração de material didático contextualizado com o Campo para as escolas do campo (36 meses);

		3.3.4 Contribuir junto as SEC's para a reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas no Campo com ampla participação (12 meses);
		3.3.5 Articular a criação e a manutenção de uma EFA (Escolas Família Agrícola) no Território de Irecê (36 meses);
OBJETIVO 4	ESTRATÉGIAS	METAS
4. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania.	4.1 Formação técnica em etnodesenvolvimento continuada para corpo técnico e para os grupos de mulheres, jovens e Povos e Comunidades Tradicionais (II Oficina).	4.1.1 Fortalecer a atuação do GT dos povos e comunidades tradicionais, com agenda permanente nos 20 municípios, para fortalecimento do diálogo e articulação dos atores sociais (12 meses);
		4.1.2 Criação de coordenação dentro das secretarias de Educação/Cultura dos municípios para incentivar as ações de reconhecimento cultural na comunidade (48 meses);
		4.1.3 Construção de agenda de formação, em parceria com coletivos de mulheres e jovens, fortalecendo o protagonismo destes setores (12 meses);
	4.2 Promover ações educativas no enfrentamento à violência contra a mulher (II Oficina);	4.2.1 Implantar 01 unidade da delegacia da Mulher na cidade de Irecê para atender o Território (24 meses);
		4.2.2 Estruturação do Centro de Referência de apoio para Mulheres de Irecê para garantir atendimento humanizado às mulheres em condição de violência (24 meses);
		4.2.3 Fomentar a criação de 20 grupos de mulheres para o enfrentamento a violência, pelo GT de Mulheres do Colegiado nos municípios do Território (36 meses);
	4.3 Fomentar a participação dos jovens nos espaços de poder e decisão do território das políticas públicas de permanência no campo (II Oficina);	4.3.1 Realização de 01 Oficina anual para formação técnica dos grupos de jovens na elaboração de projetos, disputas em editais (72 meses);
		4.3.2 Apoiar 20 associações e cooperativas para a implementação de agroindústrias para grupos de jovens como mecanismos de inclusão e a acesso a trabalho e renda (36 meses);
	4.4 Processo de reafirmação da	4.4.1 Fomentar e fortalecer a realização de 01 Festival anual temático no Território contemplando

	identidade cultural e social para os grupos de mulheres, jovens e Povos e Comunidades Tradicionais (II Oficina);	os públicos (24 meses);
		4.4.2 Criar calendário anual das ações culturais e festivas no Território de Irecê (12 meses);
		4.4.3 Mapear e Articular o funcionamento pleno dos centros e pontos cultura já implantados no Território (36 meses);
	4.5 Criar e Fomentar a participação e inserção dos jovens rurais nos Conselhos Municipais de Juventude (II CEATER);	4.5.1 Incentivar a criação de assessoria de juventude ligada a administração pública (12 meses);
		4.5.2 Fomentar a criação dos CMJ's nos municípios do Território (36 meses);
		4.5.3 Criação de Agenda permanente de formação política pública para juventude (24 meses);
	4.6 Garantir o financiamento e ampliação do ensino médio do Território (transporte e alimentação), para atendimento a juventude (PPA-P 2016-2019);	4.6.1 Incentivar a criação de cooperativas de transporte escolar (24 meses);
		4.6.2 Fortalecer a economia solidaria e compra de alimentos conforme exigência legal dos 30% da AF (12 meses);
		4.6.3 Incentivar a criação de associações de jovens produtores (36 meses);
	4.7 Implantar mecanismos de debates sobre segurança pública em relação aos direitos e deveres da juventude, capacitando jovens no momento da apreensão (Jovens em conflito com a Lei) (Conferência de Juventude);	4.7.1 Fomentar a realização de espaços de debate para desconstrução da marginalização da juventude (36 meses);
		4.7.2 Incentivar a criação de cursos, parcerias que incluam o jovem no mercado de trabalho (inclusive os que estão em conflito com a lei) (24 meses);
		4.7.3 Fortalecer a execução das propostas produto das conferências municipais e Territorial (12 meses);
	4.8 Fortalecer a parceria com o GT de Juventude;	4.8.1 Realização de audiências públicas para escuta da Juventude nos municípios do Território e para avaliação das políticas públicas (Adaptado de Conferência de Juventude) (36 meses);

2.1.4 Eixo Infraestrutura e Serviços Públicos

OBJETIVO 1	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, por meio da participação social, integração de ações institucionais e articulação Inter federativa.	1. 1 Assegurar o acesso a políticas de direito e inclusão social (PTDRS).	1.1.1 Assegurar recursos pelos órgãos estaduais para o fortalecimento das entidades da sociedade civil e órgãos municipais (36 meses);
		1.1.2 Fomentar a criação e fortalecimento de grupos de pesquisa sobre desenvolvimento e Políticas Públicas territoriais no prazo de (12 meses);
		1.1.3 Controle anual da aplicação e execução das atividades por parte do colegiado territorial;
	1.2 Implantar espaços de atendimento ao cidadão no Território.	1.2.1 Pleitear a implementação do ponto cidadão com todos os serviços no Território, onde não tenha nenhum dos serviços (SAC/PROCOM) (12 meses);
		1.2.2 Pleitear a estruturação e funcionamento do SAC e PROCOM nos municípios do Território, aproveitando os espaços do ponto cidadão (onde existe) (12 meses);
		1.2.3 Pleitear a implantação/estruturação de 01 unidade territorial de defensoria pública no município de Irecê e fortalecer as unidades existentes nos demais municípios em parceria com o Poder Público municipal garantindo assessoria jurídica pública e gratuita (36 meses);
	1.3 Fomentar ações para o acesso à informação digital no Território.	1.3.1 Buscar parcerias entre municípios, estado e provedores de internet do território para universalizar o acesso à internet com a implantação da banda larga de fibra ótica nos 20 municípios do território para atender a zona rural e urbana (36 meses);
		1.3.2 Mapear o funcionamento do Programa de Inclusão Digital (CDC) no Território e ampliar o número de CDC's em áreas rurais e urbanas (PPA-P 2016-2019) (24 meses);
		1.3.3 Pleitear a criação de Núcleos de inclusão digital com acesso a novas tecnologias em parceria com o poder público municipal, sindicatos, associações, centros de pesquisas, IFs, CETEP, CEEP's e iniciativa do setor privado, atendendo as escolas urbanas e rurais (36 meses);
	1.4 Implantar projetos para melhoria da qualidade de vida das famílias do Território.	1.4.1 Ampliar infraestrutura da pista para voo e decolagem de aeronaves comerciais e de carga dentro do padrão da Infraero atendendo assim os voos comerciais e escoamento das produções do Território de Irecê e Territórios limítrofes (36 meses);

		1.4.2 Fortalecer e universalizar no Território o Programa Luz para Todos, com inclusão de energias renováveis nas zonas urbana e rural (trifásica) - PPA-P 2016-2019 (36 meses);
		1.4.3 Priorizar a implantação do Centro Cultural do Território de Irecê (PTDRS) (36 meses);
OBJETIVO 2	ESTRATÉGIAS	METAS
2. Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária.	2.1 Fortalecer a rede de atendimento médico especializado no Território de Irecê.	2.1.1 Pleitear a criação prioritária do Centro Territorial de Oncologia (PPA 2016-2019) (24 meses);
		2.1.2 Pleitear a criação do Centro Territorial Especializado em saúde da mulher (24 meses);
		2.1.3 Pleitear a criação do Centro Médico Territorial para atendimento especializado a crianças (24 meses);
		2.1.4 Pleitear a construção e manutenção um Hospital Regional na cidade de Xique-Xique, para atendimento de municípios distantes da cidade pólo (Irecê), a exemplo de Ipupiara, Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia e Inter territorial (Barra, Buritirama) (48 meses);
		2.1.5 Pleitear o fortalecimento da rede de urgência e emergência do Território (SAMU, Sala de estabilização e UPA), através do aumento do repasse financeiro estadual PPA-P 2016-2019 (24 meses);
		2.1.6 Pleitear a criação do núcleo regional de Saúde do Território de Irecê - PPA-P 2016-2019 (24 meses);
	2.2 Fortalecer as estruturas de acolhimento a dependentes químicos e crianças e adolescentes em situação de risco.	2.2.1 Pleitear a criação do Centro de Recuperação de dependentes químicos adequado para idade e sexo (CAPS II) (36 meses);
		2.2.2 Pleitear a implantação do Centro de acolhimento psicossocial para crianças e adolescentes em situação de risco (36 meses);
		2.2.3 Articular os Conselhos Tutelares para melhorar as condições materiais e de recursos humanos para o desenvolvimento das ações prazo (12 meses);
		2.2.4 Pleitear a implantação do Centro de acolhimento social para adultos e idosos em situação de abandono (36 meses);
		2.2.5 Articular a criação de casa abrigo nos municípios do Território (48 meses);
		2.2.6 Articular a criação de CAPS I nos municípios do Território (48 meses);

	2.3 Realizar investimentos em saúde preventiva, a partir da estruturação do saneamento básico, esgotamento sanitário, tratamento de lixo e tratamento de água no Território.	2.3.1 Priorizar a implantação e consolidação do Aterro Sanitário e Reciclagem de Lixo para atendimento da população do Território de Irecê (12 meses); 2.3.2 Pleitear a ampliação o acesso ao esgotamento sanitário e de melhorias sanitárias das zonas urbanas e rurais de todos os municípios do Território (60 meses); 2.3.3 Pleitear a ampliação do centro de tratamento de distribuição de água no Território de Irecê (36 meses);
OBJETIVO 3	ESTRATÉGIAS	METAS
3. Reduzir a violência e a criminalidade na cidade e no campo.	3.1 Fortalecer os recursos humanos e materiais e imateriais para melhoria da segurança pública no Território;	3.1.1 Pleitear a ampliação do número efetivo de policiais qualificados (homens e mulheres) a serem alocados no 7º Batalhão e CIPE Semiárido, para atendimento dos municípios do Território, numa perspectiva de melhoria dos serviços voltados à segurança comunitária (48 meses);;
		3.1.2 Pleitear a aquisição de novas viaturas equipadas com Tecnologias que facilitem o trabalho dos/das policiais militares e que sirva de fiscalização para patrulhamento e atendimento às comunidades rurais e urbanas dos municípios do Território (24 meses);
		3.1.3 Pleitear a implantação de postos policiais nas zonas rurais do Território (48 meses);
		3.1.4 Estimular a criação dos CONSEG's nos municípios do Território (24 meses);
		3.1.5 Pleitear a implementação da Ronda Maria da Penha nos municípios do Território (24 meses).
		3.1.6 Pleitear melhor articulação entre as instituições sociais de direitos humanos e a secretaria de segurança pública para construção de ações educativas de enfrentamento às violências (12 meses);
		3.1.7 Implantação do corpo de bombeiros no Território de Irecê (24 meses);
		3.1.8 Criação de centros de monitoramento com parcerias entre Polícia Civil, Militar e Corpo de bombeiros (24 meses);
	3.2 Estruturar os programas sociais de combate e prevenção ao uso de drogas (PPA-P 2016-2019).	3.2.1 Realizar cursos de formação em parceria com a Polícia Militar, Secretarias de saúde, educação e assistência social dos municípios e outras organizações para capacitação de agentes no combate ao uso de drogas (36 meses);
		3.2.2 Pleitear a criação de 01 Núcleo público de reabilitação e reintegração social no Território (48 meses);
		3.2.3 Fortalecer e criar programas sociais de combate e prevenção ao uso de drogas para todos os municípios do Território (36 meses);

OBJETIVO 4	ESTRATÉGIAS	METAS
4. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos.	4.1 Garantir serviços públicos de proteção à mulher vítima de violência.	4.1.1 Exigir a implantação imediata da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) (PPA-P 2016-2019) (24 meses);
		4.1.2 Pleitear a implantação da Casa abrigo do Território para atendimento à mulher vítima de violência - PPA-P 2016-2019 (24 meses);
		4.1.3 Articular o fortalecimento do Centro de Referência da Mulher localizado em Irecê (48 meses);
	4.2 Apoiar as comunidades quilombolas para realizar o processo de reconhecimento junto a FCP (Consultoria)	4.3.1 Realizar o mapeamento das comunidades quilombolas não reconhecidas pela FCP no Território (12 meses);
		4.3.2 Realizar formação para lideranças quilombolas no que tange aos procedimentos para o auto reconhecimento junto a FCP (48 meses);
	4.3 Apoiar os jovens do Território no acesso a serviços públicos de educação e cultura.	4.3.1 Pleitear a ampliação do número de Programas e infraestruturas voltadas para o Esporte, Cultura e Lazer nas áreas urbana e rural dos municípios do Território, para atendimento da juventude (48 meses);
		4.3.2 Revitalizar as escolas públicas equipando-as com quadras, bibliotecas e laboratórios para atendimento da juventude (36 meses);
		4.3.3 Criação de espaços culturais (mine centros) nos municípios do Território (36 meses);
		4.3.4 Realização de Festivais de Música e Cinemas itinerantes para fomentar a juventude com ações culturais nos municípios do Território (36 meses);
		4.3.5 Promover articulação dos agentes de cultura do Território (diretores de cultura, Agente de Cultura Secult, grupos de cultura, instituições apoiadoras da cultura) para realizar ações de formação com vistas aos editais e também ações culturais nos municípios (12 meses).

Capítulo 3

Gestão, Acompanhamento e Monitoramento do PTDSS



3.1 Descrição sobre os instrumentos e estratégias para a gestão do desenvolvimento

A sustentabilidade pressupõe também as condições efetivas de governabilidade, isto é, capacidade de governar que expressa as relações entre a gestão do plano, o governo e a sociedade. A governabilidade tem como princípios a coordenação do processo, o monitoramento, a negociação, a participação nas decisões e a busca de consenso nos diferentes setores da sociedade e o fortalecimento e consolidação das instituições territoriais. No âmbito deste PTDRSS, o coletivo do Território organizou por Eixo de Desenvolvimento o conjunto de organizações para realizar a gestão social dos processos de desenvolvimento. Esse procedimento refere-se à capacidade dos atores locais de se articular com os demais atores externos ao Território, tanto do poder público, quando sociedade civil e financiadores a construção dos caminhos para a execução das proposições que venham somar ao desenvolvimento sustentável e solidário do Território. Sendo assim, o conjunto de entidades apontadas nos arranjos institucionais constituem-se como as forças institucionais capazes de implementar os processos de desenvolvimento traçados no Plano. A gestão de cada grupo desses, bem como a divisão de responsabilidades entre as instituições só ocorrerão num segundo momento do PTDRSS, quando da elaboração dos PAT's (Planos de Ações Territoriais), onde será definido quais atores locais se responsabilizam por cada ação proposta e no tempo determinado.

Nesse sentido, apresentamos abaixo a relação de instituições que compõe os arranjos institucionais seguindo a matriz elaborada no capítulo anterior:

3.1.1 Eixo - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão produtiva e Acesso à água

Objetivos Estratégicos	Arranjo Institucional
1. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis.	Banco do Brasil, BNB, SUDIC, CAR, UNEB, IFBA, UFBA, CODEVASF, DESENBÁHIA, SEBRAE, UFRB, SENAC, CESOL, SDR, EMBASA, PREFEITURAS, SEPLAN, BAHIA TER, ADAB, COPIRECÊ, AGROCOOP, CAA, CARITAS, POLO SINDICAL, COAPTI, COAF TI, COOPERMAC, CACIMBA, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CREDIRUAL, BARRIGUDA, SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS, CETEPI, CONSORCIO, SEMA, INEMA, MINISTERIO DE MEIO AMBIENTE.
2. Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar.	Banco do Brasil, BNB, SUDIC, CAR, UNEB, IFBA, UFBA, CODEVASF, DESENBÁHIA, SEBRAE, UFRB, SENAC, CESOL, SDR, EMBASA, PREFEITURAS, SEPLAN, BAHIA TER, ADAB, COPIRECÊ, AGROCOOP, CAA, CARITAS, POLO SINDICAL, COAPTI, COAF TI,

	COOPERMAC, CACIMBA, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CREDIRUAL, BARRIGUDA, COPERJ.
3. Garantir a democratização do acesso à água para uso humano e produtivo de forma racional.	INEMA, IBAMA, COMITÊ DE BACIAS, SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA, CETEPI, ESCOLA DE CANARANA, IFBAIANO XIQUE-XIQUE, UNEB, SEMA, SDR – BAHATER, ADAB, SIHS, CERB, EMBASA, CODEVASF, MP, CARITAS, CAA, IPETERRAS, AGROCOOP, BARRIGUDA, STTRS;
4. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude através da organização produtiva e econômica.	CESOL, BAHATER, COPIRECÊ, AGROCOOP, CAA, CARITAS, POLO SINDICAL, COAPT, CACIMBA, GT DE MULHERES E GT QUILOMBOLA, BARRIGUDA.

3.1.2 Eixo - Governança Fundiária e Acesso à Terra

Objetivos Estratégicos	Arranjo Institucional
1. Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais.	CAA, CARITAS, BARRIGUDA, AGROCOOP, STTRS, FETAG, PÓLO SINDICAL, CETA, MST, PREFEITURAS (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO), BAHATER, CAR, CDA, INCRA, SEPROMI, CERB, SEPLAN, UNEB, INEMA, GT DE AGROECOLOGIA, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, DIOCESE DE IRECÊ.
2. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à terra.	GT DE MULHERES E DE JUVENTUDE DO TERRITÓRIO, SPM, CRM, ASSOCIAÇÕES DE MULHERES, CAA, CARITAS, BARRIGUDA, AGROCOOP, STTRS, FETAG, PÓLO SINDICAL, CETA, MST, PREFEITURAS (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO), BAHATER, CAR, CDA, INCRA, SEPROMI, CERB, SEPLAN, UNEB, INEMA.

3.1.3 Eixo - Formação Cidadã e Organização Social

Objetivos Estratégicos	Arranjo Institucional
1. Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas.	COMITÊ GESTOR DO TERRITÓRIO
2. Ampliar e melhorar as capacidades e competências humanas e institucionais do território para promover desenvolvimento sustentável e solidário.	IFBA, IFBAIANO – IRECÊ E XIQUE-XIQUE, CETEP, SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, NRE01, CAA, CESOL, AGROCOOP, BARRIGUDA, COMVIDA, UNEB, UFBA, FAI, UNOPAR, AGENCIAS DE FOMENTO (FABESB, CAPES E CNPQ), SEC E SECTI.
3. Consolidar uma Educação do Campo inclusiva com a participação dos sujeitos do campo no Território.	UNEB, IFBA, CETEP, IFBAIANO, CODEVASF, ADAB, SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS, FETAG, PREFEITURAS E APLB;
4. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia	IFBA, IFBAIANO – IRECÊ E XIQUE-XIQUE, CETEP,

das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania.	SECRETÁRIAS DE EDUCAÇÃO, NRE01, CAA, CESOL, AGROPOP, BARRIGUDA, COMVIDA, UNEB, UFBA E GT DE MULHERES.
--	---

3.1.4 Eixo - Infraestrutura e serviços públicos

Objetivos Estratégicos	Arranjo Institucional
1. Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, por meio da participação social, integração de ações institucionais e articulação Inter federativa.	COMITÊ GESTOR DO TERRITÓRIO
2. Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária.	SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, COORDENAÇÃO DE PSF'S DOS MUNICÍPIOS, AGENTES DE SAÚDE.
3. Reduzir a violência e a criminalidade na cidade e no campo.	CONSEG
4. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos.	GT DE MULHERES E GT DE QUILOMBOLAS

Considerações

Este documento apresenta a versão qualificada do PTDRSS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território de Irecê-BA, que tem como finalidade articular, promover e apoiar iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais.

A matriz aqui construída servirá de base para que o Colegiado Territorial possa traçar estratégias e ações para o desenvolvimento sustentável dos 20 municípios que compõe o território, articulando saberes e experiências exitosas de forma horizontal para que o futuro que queremos seja construído e consolidado por aqueles que aqui vivem e que desejam melhor qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. O próximo passo é organizar uma arquitetura institucional e Planos de Trabalho para de forma eficiente e eficaz implementar o conjunto de metas aqui propostas.

Referências

BAHIA. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. Recentes transformações no rural baiano.** Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisas, 68).

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Mapa de Oportunidades para a superação da pobreza no Território de Irecê.** Relatório Técnico, 2011.

DOURADO, Gicélio de Castro. **O impacto da mecanização no município de Irecê na década de 70 e os reflexos para os pequenos e médios agricultores.** 2003. 5f Monografia (especialização em metodologia do ensino superior). Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias. Campus XVI. Universidade do Estado da Bahia. Irecê-BA, 2003.

LASA, Claudio; DELGADO, Nelson Giordano. **O Território Irecê (BA).** In: LEITE, Sergio Pereira et al. Produto 3: Enfrentamento da pobreza, desenvolvimento territorial e políticas públicas: marco analítico e evidências a partir de cinco estudos de caso. IICA, 2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário Marco Referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. In: Documentos Institucionais, n. 2, 2005.

Consultas:

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2009)

Propostas Aprovadas PPA-P 2012-2015 TI

Propostas Priorizadas PPA-P 2016-2019 TI

Propostas Validadas PPA-P 2012-2015 TI

Relatório II Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

Relatório Conferência Territorial de Juventude Rural 2015

Relatório Conferência Territorial de Mulheres 2012

ANEXOS



Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – Campus XVI
Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial de Irecê - NEDET

OFICINA II PTDRS – TERRITÓRIO IRECÊ, BAHIA.

QUALIFICAÇÃO PTDRS: Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas

1. Neste MOMENTO está a parte central e mais importante do PTDRS, pois trata do planejamento propriamente dito do território.
2. Ele deverá ser apresentado em formato de uma Matriz que vincula eixos do desenvolvimento sustentável territorial a respectivos objetivos, estratégias e metas.
3. O PTDRSS chegará a esse nível de planejamento macro para os próximos 08 anos.
4. A partir dessa Matriz serão construídos Planos de Ações Territoriais onde serão detalhados os aspectos operacionais.
5. A execução do PTDRSS, mediante a realização de Planos de Ações Territoriais – PAT remete a organização da Matriz de objetivos, estratégias e metas em quatro grandes eixos que darão origem aos respectivos Planos de Ação:
 - 1) Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva;
 - 2) Estrutura Fundiária e Acesso à Terra;
 - 3) Formação Cidadã e Organização Social ;
 - 4) Infraestrutura e Serviços Públicos.
6. Assim, faz-se um vínculo objetivo entre o planejamento estratégico e o planejamento operacional, na medida em que os PAT seguirão a organização da Matriz.

Modelo Matriz de Planejamento do PTDRSS

Eixo	Objetivos	Estratégias	Metas
Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva			
Estrutura Fundiária e Acesso a Terra			
Formação Cidadã e Organização Social			
Infraestrutura e Serviços públicos			

7. Para efeito meramente didático e para facilitar e assegurar o correto preenchimento da Matriz de Planejamento do PTDRSS faz-se aqui uma relação entre os eixos de planejamento da Matriz e as dimensões do desenvolvimento sustentável territorial.

Relação entre eixos e dimensões

Eixos de Planejamento da Matriz	Principais Dimensões do Desenvolvimento contempladas
Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva	Dimensão Socioeconômica Dimensão ambiental Dimensão sociocultural e Educacional
Estrutura Fundiária e Acesso à Terra	Dimensão Socioeconômica Dimensão ambiental Dimensão sociocultural e Educacional
Formação e Organização Social	Dimensão sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional
Infraestrutura e Serviços Públicos	Dimensão sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional

8. Para a elaboração dos objetivos está recomendado no Guia que se leve em consideração os objetivos estratégicos do PNDRSS que são 5 e mais 3 objetivos transversais. São eles:

Objetivos Estratégicos do PNDRSS

- i. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis;
- ii. Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais;
- iii. Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa;
- iv. Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas;
- v. Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica.

Objetivos transversais do PNDRSS:

- vi. Promover a autonomia das mulheres por meio da garantia do acesso à terra e à cidadania, da organização produtiva, gestão econômica e qualificação das políticas e serviços públicos;
- vii. Promover a autonomia e a emancipação da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos, com ênfase nas políticas educacionais e da organização produtiva; e
- viii. 8) Promover o etnodesenvolvimento, valorizando a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade.

9. Há também que se fazer um ajuste na formulação do objetivo 3, pois ele está redigido a partir de um olhar nacional e estadual para o território, onde se pretende que a abordagem territorial seja utilizada como estratégia para melhoria da qualidade de vida das pessoas daquele território. Planejando a partir do próprio território, onde a abordagem territorial já é parte componente da estratégia de desenvolvimento, o objetivo deverá ser o acesso às políticas públicas. Desta forma a

redação pode ser modificada para “Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, por meio da participação social, integração de ações institucionais e articulação interfederativa”.

10. Agora, colocando esses 4 objetivos estratégicos e mais os objetivos transversais no quadro relacionado aos eixos de desenvolvimento proposto tem-se a seguinte definição inicial de objetivos estratégicos para o território.

Objetivos do PTDRSS por Eixos de Planejamento

Eixos de Planejamento da Matriz	Objetivos Estratégicos
Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	5. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. (PNDRS) 6. Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar. (PTDRS 1ª versão) 7. Garantir a democratização do acesso à água para uso humano e produtivo de forma racional. (Conferência DRSS). 8. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural através da organização produtiva e econômica. (PNDRS)
Governança Fundiária e Acesso à Terra	2. Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais. (PNDRS). 3. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à terra. (PNDRS)
Formação Cidadã e Organização Social	5. Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas. (PNDRS). 6. Ampliar e melhorar as capacidades e competências humanas e institucionais do território para promover desenvolvimento sustentável e solidário. (sugestão da consultoria). 7. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania. (PNDRS)
Infraestrutura e Serviços Públicos	1. Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, por meio da participação social, integração de ações institucionais e articulação interfederativa. (PNDRS) 2. Consolidar uma Educação do Campo inclusiva com a participação dos sujeitos do campo no Território. 3. Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária. (Sugestão). 4. Reduzir a violência e a criminalidade na cidade e no campo. (Sugestão). 5. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos. (PNDRS)

11. Analisando a formulação da 1ª versão do PTDRS do Território, que trata sobre objetivos estratégicos por dimensão do desenvolvimento territorial, percebe-se que eles podem ser considerados como **estratégias dos objetivos** definidos com base no PNDRS que é mais abrangente.

12. Para melhorar a visualização e facilitar a compreensão da Matriz, faremos uma divisão de grupos e organizaremos as ideias já elaboradas inicialmente tentando traçar estratégias e metas.

GRUPOS:

O **Objetivo** expressa **o que deve ser feito**, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território. Se caracteriza por ser mensurável e deve ser entendido como o grande propósito a ser alcançado pelos atores territoriais. O Plano deve apresentar os objetivos que podem estar entre os cinco definidos no PNDRSS ou novos objetivos, criados para o PTDRSS.

O conceito de **Estratégia** deve ser resgatado da concepção do PNDRSS: “[...] entende-se por estratégia cada conjunto integrado de ações estruturadas, regras decisórias e posicionamentos assumidos e implementados para atingir os objetivos. São os caminhos mais gerais do “como fazer” para se chegar aos objetivos.

Para cada estratégia, devem ser estabelecidas as metas. A **Meta** é uma medida do alcance do objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa, a depender das especificidades de cada caso. Quando qualitativa, a meta também deverá ser passível de avaliação. Cada Objetivo deverá ter uma ou mais metas associadas.

1) Eixo Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

2) Eixo Estrutura Fundiária e Acesso à Terra

3) Eixo Formação Cidadã e Organização Social

4) Eixo Infraestrutura e Serviços Públicos



Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – Campus XVI
Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial de Irecê - NEDET

III OFICINA PTDRS – TERRITÓRIO IRECÊ, BAHIA.

QUALIFICAÇÃO PTDRS: Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas

13. Neste MOMENTO está a parte central e mais importante do PTDRS, pois trata do planejamento propriamente dito do território.
14. Ele deverá ser apresentado em formato de uma Matriz que vincula eixos do desenvolvimento sustentável territorial a respectivos objetivos, estratégias e metas.
15. O PTDRSS chegará a esse nível de planejamento macro para os próximos 08 anos.
16. A partir dessa Matriz serão construídos Planos de Ações Territoriais onde serão detalhados os aspectos operacionais.
17. A execução do PTDRSS, mediante a realização de Planos de Ações Territoriais – PAT remete a organização da Matriz de objetivos, estratégias e metas em quatro grandes eixos que darão origem aos respectivos Planos de Ação:
 - 1) Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva;
 - 2) Estrutura Fundiária e Acesso à Terra;
 - 3) Formação Cidadã e Organização Social ;
 - 4) Infraestrutura e Serviços Públicos.
18. Na II Oficina já realizada com o coletivo do Território apontamos Estratégias para o Eixo I Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva. Após isso a Consultoria e NEDET se debruçaram sobre alguns relatórios disponíveis das conferências para complementar a Matriz com relação a estratégias.
19. Nesta III Oficina, o Colegiado deve revisar a redação das estratégias e propor novas estratégias ainda não sugeridas e, prioritariamente, propor metas para as estratégias já assinaladas.

Sendo assim propomos:

- A divisão dos participantes em 04 (quatro grupos) por afinidade de discussão e Eixos. Após isso, estes devem se reunir em salas separadas onde sob a coordenação de membros do NEDET serão elaboradas as metas;
- Em cada sala os grupos serão subdivididos pela quantidade de Objetivos Estratégicos de cada eixo e será dado um tempo para que os subgrupos possam propor dentro da planilha as metas importantes ao desenvolvimento do Território e possíveis de serem realizadas (curto e médio prazo/08 anos) pelos arranjos institucionais do Território, incluindo todas as esferas de Governo, bem como outras parcerias;

Exemplo: Grupo 1 tem 16 participantes e a facilitadora irá subdividir em quatro grupos com quatro componentes, onde cada um se responsabiliza pela proposição de metas para as estratégias deste objetivo;

- É necessário que cada subgrupo aponte os arranjos institucionais necessários para a execução das metas propostas por cada objetivo do Eixo, relatando as instituições e grupos que deverão assumir a gestão social do desenvolvimento territorial sustentável e solidário daquele objetivo estratégico daquele eixo;
- Após a proposição dos Grupos, cada coordenação de Grupo irá realizar uma mini plenária para que todos os participantes possam revisar a produção, propor dentro dos objetivos dos colegas e fechar a redação por Grupo;
- A produção será resumidamente apresentada para a plenária afim de visualizar a produção e detectar se todos os grupos conseguiram produzir apontando para o NEDET o próximo passo para o fechamento do documento final do PTDRSS.

Bom trabalho a todos e todas!

